



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 357 - DE 24 DE ABRIL A 11 DE MAIO DE 2008 - R\$ 2,00

Roraima: Complô político militar contra a reserva indígena



No mundo todo, a fome cresce com o aumento de preços dos alimentos. Só o fim do capitalismo porá fim à fome.

Balanco da convenção da Oposição à Apeoesp-SP

Um ano de PDE: prova da falência da escola de classe

Como foi o II Encontro Nacional da Intersindical

Eleições no Paraguai: as massas arrastadas

Congresso do POR boliviano: balanço do último período e perspectivas da luta revolucionária na Bolívia

1º de Maio - Resposta proletária à crise capitalista: Fim da miséria: Salário mínimo vital de R\$ 2500,00, com escala móvel; Fim do desemprego: terras as camponeses pobres e expropriação do agronegócio; Construir o Partido Operário Revolucionário. Fim do capitalismo: governo operário e camponês, revolução proletária.

Roraima - Complô político militar contra a reserva indígena

O governo Lula decidiu, enfim, desalojar grileiros da reserva indígena Raposa do Sol (RA), cuja homologação ocorreu em abril de 2005. Assim, cumpriria a decisão de 3 anos atrás e daria satisfação à campanha internacional de crítica ao desmatamento da Amazônia.

A Polícia Federal (PF) montou a Operação Upatakon 3, mas os fazendeiros organizaram uma resistência armada. Usaram um contingente indígena para criar evidência de divisão. Arregimentaram alguns deles para simular um ataque a bomba à sede da PF. Obtiveram da imprensa apoio à campanha contrária ao desalojamento.

O governador de Roraima entrou com uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para que suspendesse a Operação. O Juiz deu causa favorável à liminar.

No Rio de Janeiro, o Clube Militar promoveu uma palestra com o general Augusto Heleno, cujo título era “Brasil, ameaça à sua soberania”. O comandante militar da Amazônia condenou a demarcação e defendeu os grileiros, que, com suas grandes plantações e outras explorações econômicas, detêm cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado.

Nesse quadro, a grande imprensa acionou os advogados da causa dos grileiros e de pretensa defesa da soberania. Todos procuraram ecoar as posições do general Heleno, que representam as de toda cúpula militar. Aldo Rebelo (PCdoB estalinista) escreveu “A Nação é uma só”, para condenar noções como “povos indígenas” e “autodeterminação indígena”. Conclui que a “demarcação contínua da reserva Raposa do Sol foi um erro político”. O ex-esquerdista lambertista e agora lambe-saco da burguesia, Demétrio Magnoli, intitulou seu artigo “Roraima é aqui”, igualmente para questionar a existência de “nações indígenas”.

Seria enfadonho listar mais comentários em defesa da Nação, da soberania e em favor dos latifundiários grileiros. Ficou evidente para os tais nacionalistas que soberania coincide com propriedade latifundiária dos fazendeiros. Voltaremos a esse assunto mais à frente porque em torno da demarcação estão ONGs estrangeiras e cobiça internacional pela Amazônia, denunciadas pelos opositores da demarcação contínua.

Resta ainda dizer que o presidente do PDT, que é da base aliada do governo, se juntou ao coro dos grileiros e que a oposição (PSDB e DEM) seguiu a mesma linha.

Armou-se uma frente ampla entre fazendeiros, governador, militares, oposição, governistas, justiça e imprensa contra a homologação de uma decisão tomada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Lula não concebeu nenhuma demarcação, apenas assinou projeto pronto. A frente ampla do nacionalismo pró-grileiros se valeu do STF, que brecou a operação de despejo e mostrou ao governo a limitação de seus poderes. Mas o mais importante foi o fato do exército não atender à Operação Upatakon 3, negando-se a oferecer transporte ao contingente policial de 500 homens e a apoiá-la como força tática.

Os atos de sabotagem e de resistência comandados pelo arquirrileiro Paulo César Quartieiro, também conhecido por

corrupção na política de Roraima, foram considerados como legítima defesa e apoiados nos bastidores pelo governador Anchieta Júnior (PSDB). Sintomaticamente, Quartieiro, que estava cassado de seu mandato de prefeito, foi reabilitado e retomou o cargo.

Em si mesma, a resistência de Quartieiro não representava nada. Não passava de caricatura de resistência armada. Foram as posições dos generais e do governador de Roraima que inflaram o STF e deram poder ao juiz de não só suspender a Operação Upatakon 3 como também de expressar a posição de que a demarcação contínua é um erro e que o melhor – já que nenhum deles se diz contra os índios – seria a demarcação descontínua, no formato de ilhas.

De conjunto, os acontecimentos mostram que houve um complô contra a decisão presidencial de homologar o projeto. O governo se viu tolhido por uma decisão legal do STF, que se apoiou na insubordinação das Forças Armadas e na reação pró-grileiros do governador de Roraima.

Onde ficou a prescrição constitucional de que o Presidente da República é o chefe das Forças Armadas? É como se constasse na Constituição que os generais são o chefe do Presidente da República. A ditadura militar de 1964 e vinte anos de governo dos generais mostraram historicamente quem é o poder em última instância no Estado, ou seja, quem garante de fato o poder da burguesia em situação de crise.

Lula sentiu a desmoralização de seu governo, mas relevou e fingiu não ver. Deu “ordem” ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para que obtivesse explicação do general Heleno. O insubordinado foi aconselhado a não mais expor “suas” opiniões e Jobim considerou a crise resolvida. Assim, cumpriu-se uma teatralização, para que a imprensa desse a entender que o Presidente é o chefe das Forças Armadas. A formalidade da reunião do Ministro e do comandante do exército com o general Heleno não fez senão mostrar a fraqueza do governo, que foi incapaz de destituir o insubordinado e que teve de legalmente se sujeitar ao complô.

O Ministro da Justiça, Tarso Genro, que comandava a Operação Upatakon 3 atribuiu sua suspensão pelo TSF à “guerra de informação”, como se o Juiz tivesse sido convencido equivocadamente pela campanha da imprensa. O tão esperto e ilustre petista se faz de tonto, ou então é tonto mesmo. É isso que o PT e o governo consideraram aperfeiçoar e fortalecer a democracia burguesa.

O impasse está instalado, como queriam os grileiros. Nos bastidores, certamente o governo negocia uma saída política. A primeira vitória foi dos grileiros. O que significa um passo para a segunda, caso permaneça a mesma relação de força.

Demarcação contínua e soberania

Para o comandante militar da Amazônia, o problema está no perigo da perda de soberania sobre esse território brasileiro. Na palestra, referiu-se a interesses externos. Políticos e comentaristas reforçaram as denúncias contra ONGs financiadas com o objetivo de implantar a internacionalização da

Amazônia. Augusto Heleno não poderia deixar de se referir ao perigo das Farcs colombianas, argumento esfarrapado que serve aos interesses dos Estados Unidos, com seu Plano Colômbia.

Entre os argumentos da defesa nacional da Amazônia, não faltaram os econômicos. A reserva Raposa do Sol abarca 40% do estado de Roraima, enquanto que os fazendeiros detêm apenas 1%. Está assim colocado o problema de como explorar economicamente as imensas riquezas que permaneceriam sobre o controle de umas poucas centenas de indígenas.

Separando o joio do trigo, vemos que o conflito se concentra na disputa dos monopólios, grupos empresariais e capitalistas individuais pela penetração de seus negócios na abundante Amazônia. Capitais nacionais e estrangeiros têm esquadrinhado as potencialidades naturais desse imenso território. Expandem-se as fronteiras agrícolas, que combinam com o desmatamento pelas madeireiras. As possibilidades minerais contabilizadas impulsionam a voracidade do grande capital.

Observa-se que o princípio de “desenvolvimento sustentável” e de “manutenção do equilíbrio do ecossistema” não pode ser praticado. Medidas governamentais voltadas a limitar a barbárie dos exploradores podem retardar o ritmo do avanço capitalista sobre a floresta, rios, solo e subsolo, mas não têm como contê-lo.

Está acontecendo justamente que as medidas de conservação não estão suportando as pressões da penetração do capital na floresta. Pouco adiantam demonstrações ecológicas sobre os perigos da mudança climática, do ciclo das chuvas, da savanização etc., frente à marcha resoluta das forças produtiva sob a forma monopolista.

A idéia de uma Amazônia “patrimônio da humanidade” é sustentada justamente pela necessidade de livre acesso do capital internacional, bem ao contrário da preservação da natureza, do “pulmão verde” do mundo etc. Sob o regime capitalista de produção, não há como preservar nada da natureza. Cada palmo de terra, de água e até de ar, vai sendo apropriado pelos capitalistas.

O capitalismo saqueia os recursos naturais, desperdiça boa parte e destrói impiedosamente as conformações de milênios. Não tem como planejar a produção e a distribuição de acordo com reais necessidades da humanidade. Esse é o fundo das contradições que envolvem a Amazônia.

As reservas indígenas atrapalham a livre marcha do capital. Mas não podem cerceá-la. Parte dos capitalistas têm como aproveitá-las, porque podem corromper os chefes indígenas e estabelecer acordos de exploração das terras, que, diga-se, continuam nas mãos dos capitalistas porque pertencem ao Estado burguês.

O problema da soberania tem sido falsamente colocado pelos generais e por aqueles que se manifestaram contra a demarcação contínua. Não há como garantir soberania alguma se quem manda, em última instância, no País são as multinacionais.

É verdade que as ONGs cumprem o papel de agentes do imperialismo na Amazônia. Nada têm a ver com as necessi-



O Exército boicotou o plano de ação da Polícia Federal para tirar posseiros de Roraima

dades e a luta indígena em defesa de suas existências como povos autóctones. Luta que implica sim o controle das terras e do território, com autodeterminação frente ao Estado capitalista da burguesia branca.

O problema para os povos indígenas – são várias etnias que sobreviveram à chacina dos colonizadores – está em que estão sendo mais uma vez expulsos pelos madeireiros, mineiros, grandes plantadores e criadores. Sem força social própria para resistir, dependem das divisões interburguesas em torno das demarcações.

Somente a classe operária, unida aos camponeses pobres, pode com seu programa de expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social (coletiva) garantir a autodeterminação desses povos oprimidos e impor a real soberania frente ao imperialismo.

Fora os grileiros das terras indígenas

Na disputa entre indígenas e capitalistas grileiros pelo controle das terras, o POR chama os trabalhadores e a juventude a se mobilizarem em favor dos povos oprimidos. Nossa bandeira: Fora os grileiros das terras indígenas.

O que não significa apoiar a política de demarcação de terras e sua permanência sob controle do Estado. Nossa bandeira: Que as terras indígenas sejam dos indígenas.

Defendemos que não será possível o controle das terras sem que a classe operária e a classe camponesa se unam para expropriar a burguesia e conquistar a propriedade coletiva. Para isso, é preciso construir o partido da revolução proletária.

A Amazônia como “patrimônio da humanidade” será uma Amazônia sob o controle do imperialismo e de suas multinacionais. A Amazônia sob o controle da burguesia brasileira será ainda mais uma Amazônia a serviço do grande capital nacional e imperialista. É inevitável o saque e sua destruição.

A Amazônia será patrimônio da humanidade sob a forma da propriedade coletiva. O comunismo em escala mundial tornará patrimônio da humanidade toda riqueza necessária à existência e planejará a recuperação da natureza profundamente atacada e judiada pelo capitalismo.

Por um 1º de Maio:

Que recupere a independência de classe do proletariado

Que combata a fome e o desemprego

Que lute pelo salário mínimo vital

Que defenda a redução da jornada por meio da escala móvel das horas de trabalho

Que se coloque pela vida da juventude, incorporando-a à escola e ao trabalho

Que tenha como estratégia o fim do capitalismo e a implantação do socialismo

Viva o 1º de Maio!

Os burocratas dos sindicatos tornaram o 1º de maio uma data para ludibriar os trabalhadores e os famintos, que hoje são atraídos pelas fanfarrônicas e sorteios. Milhões de reais são desperdiçados para realizar as festas/shows. Os capitalistas sorridentes depositam muito dinheiro para financiar as gastanças promovidas pelos burocratas. É para isso que serve o 1º de maio da Força Sindical, da CUT e da UGT.

Os trabalhadores e oprimidos, embrutecidos pela exploração do trabalho e pela miséria, são usados como fantoches pela burocracia corrupta, pelos exploradores e pelos governos. A extrema estatização e burocratização dos sindicatos atuam ampliando o atraso político e organizativo das massas exploradas. A ascensão eleitoral do PT, a subida de Lula a presidente e a incorporação da burocracia sindical aos organismos do Estado reforçaram brutalmente o papel dos sindicatos e da CUT como apêndices da política burguesa.

Nossa tarefa: recuperar os sindicatos para a luta de classe. O que significa expulsar a burocracia vendida dos organismos dos trabalhadores. O que implica a construção das frações revolucionárias inseridas nos sindicatos e no movimento social. O abandono e a cisão da CUT não ajuda a tarefa de combater a burocracia, impor a democracia operária e defender os interesses de classe dos explorados. Não é pela via da divisão da CUT e da construção de novos aparelhos que conquistaremos uma direção revolucionária e arrancaremos os sindicatos do controle da burocracia. E sim pela destruição da burocracia sindical vendida aos capitalistas, pela retomada das organizações de massa sob a direção e programa do proletariado.

Defender a vida dos trabalhadores e da juventude

Lula anuncia que a economia vai de vento em popa, que o desemprego vem caindo e que a miséria está diminuindo. Os banqueiros, os empresários e o agronegócio nunca lucraram tanto. As multinacionais aumentaram o saque sobre as riquezas nacionais e ampliaram a superexploração do trabalho e a destruição de direitos. O Brasil da era Lula é o Brasil dos capitalistas e dos especuladores imperialistas.

A burocracia sindical serve para acobertar essa realidade e manter a classe operária e os camponeses pobres na mais profunda submissão. A aceitação do salário mínimo de R\$ 415,00, que condena mais de 40 milhões à penúria, é o pacto da fome selado com o governo Lula. A permanência do arrocho salarial e a destruição de conquistas trabalhistas são a prova de quanto têm ajudado os patrões na sanha de mais lucros. O crescimento dos assassinatos de lideranças dos sem-terra e a impunidade

dos governos e da Justiça são minimizados e acobertados pelos burocratas. A juventude dos bairros pobres sente o peso de desemprego, da falta de estudos e é atraída pelo dinheiro fácil do narcotráfico, mas a burocracia continua fazendo demagogia e incentivando a indústria das ONGs.

Nossa tarefa: defender a vida dos explorados contra os exploradores. Por isso, partimos das reivindicações essenciais: 1) salário mínimo vital, calculado pelas assembléias de base. Em nossos cálculos, uma família de 4 pessoas necessita no mínimo de R\$2.750,00. Reposição das perdas e aplicação da escala móvel de reajuste (subiu o preço dos alimentos, transporte, moradia etc, o salário será reajustado); 2) emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho. Que não haja nenhum trabalhador sem sua fonte de subsistência – o trabalho; 3) terra aos camponeses pobres pela via da expropriação do latifúndio sem nenhuma indenização; 4) emprego e estudos para todos os jovens, 4 horas na produção e o restante para os estudos, salário necessário e erradicação de todas as formas de exploração do trabalho das crianças e jovens.

Rechaçar as reformas que eliminam direitos e saqueiam o país

Os governos há muito tempo vêm impondo medidas que destroem conquistas e entregam as riquezas nacionais ao imperialismo. A Reforma da Previdência, que iniciou com FHC e a qual Lula dá continuidade, foi uma violência sobre os trabalhadores depois de anos a fio sob a exploração capitalista. A Reforma Sindical e Trabalhista vem sendo aplicada, independente de sua votação no Congresso. Estão aí a lei anti-greve, o intervencionismo estatal sobre os sindicatos e o reconhecimento das Centrais na partilha do imposto sindical. As privatizações das empresas, ferrovias e rodovias vêm sendo realizadas apesar das denúncias de entreguismo, a exemplo da Vale do Rio Doce.

Os burocratas sindicais compartilham com essa política governamental. No 1º de maio, radicalizam nos discursos contra a retirada de direitos e entrega do patrimônio público. No dia seguinte, são os executores no Ministério da Previdência e do Trabalho das reformas governamentais.

Nossa tarefa: impulsionar a unidade dos trabalhadores para rejeitar de conjunto as reformas antinacionais e antipopulares. Defender a estatização e a reestatização de tudo que já foi privatizado. Derrubar nas ruas a lei antigreve. Reconquistar os direitos destruídos.

Combater os corruptos

Os governos e os organismos estatais estão atolados na ladroagem. São os cartões corporativos, a corrupção de deputados, senadores, juizes, polícia e partidos burgueses. O Estado está podre e com ele apodrecem todos aqueles que o administram e vivem às suas custas.

A burocracia sindical faz de conta de que nada acontece. Procura proteger seu governo e as instituições do Estado em nome da democracia burguesa. Portanto, são fiadores da ditadura de classe da burguesia.

Nossa tarefa: Combater todas as formas de corrupção. Para isso, devemos rejeitar os métodos que não são da classe operária.

ria, a exemplo das CPIs. Levantar a bandeira dos tribunais populares, organizados pelas massas em luta. Somente os tribunais populares podem julgar e punir os crimes da burguesia.

Defender os métodos e a democracia operárias

Os dirigentes da maioria dos sindicatos e Centrais temem a ação coletiva dos explorados. Fazem dos sindicatos/centrais aparatos a serviço de seus interesses. São autoritários e inimigos da democracia proletária. Implantam no seio dos explorados os métodos genuínos da burguesia, como a “pressão parlamentar”. As campanhas salariais são abortadas e trabalham pela fragmentação dos movimentos. Dizem que vivemos a época da “reestruturação produtiva” e que o sindicalismo do passado não serve mais. Falso. A classe operária continua a produzir as riquezas e servir de base da exploração capitalista. E os sindicatos continuam a ser organizações das massas oprimidas.

Nossa tarefa: defender o método da ação direta. As reivindicações só poderão ser arrancadas dos governos e do patronato se se potencializar o enfrentamento direto. Daí a importância da organização das greves, ocupações, bloqueios etc. A democracia operária tem de ser imposta nos sindicatos/centrais e nas assembleias e congressos. O que pressupõe a luta coletiva para derrotar os traidores sindicais.

Pôr em pé uma sociedade sem explorados e exploradores

Vivemos numa sociedade capitalista que se desagrega. As potências, sob a hegemonia dos Estados Unidos, impõem seu domínio por meio das guerras, da opressão sobre as nações oprimidas e pela submissão dos governos semicolônias. Mani-

Bahia:

Agronegócio e a luta pela terra na Bahia: MST realiza ocupações na Bahia e polícia responde com repressão

Nos últimos anos, cresceu substancialmente a atividade de agronegócio no Estado da Bahia. É o que mostra a presença do grande capital, como as empresas Comanche, Brasil Ecodiesel, Bioclean Energy, Global Biodiesel e a Agenco. Particularmente na área de papel e celulose, soja, biodiesel, mamona e algodão. As multinacionais penetram. Com a exploração de uma gigantesca quantidade de terras, vêm a devastação de parte da vegetação atlântica nativa, exploração brutal de trabalhadores agrícolas e expulsão de pequenos camponeses, ribeirinhos e índios. Dados locais indicam que o agronegócio já representa cerca de 27% do PIB do Estado da Bahia

No mês de abril, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) realizou ocupações de fazendas no Estado da Bahia e manifestações, denunciando a impunidade em relação aos responsáveis pela chacina de Eldorado dos Carajás no Pará, que já dura 12 anos. A polícia militar e órgãos de segurança da Bahia, governada por Jacques Wagner (PT), tem respondido com violenta repressão contra as lideranças e lutadores do movimento sem-terra, na defesa do direito de propriedade dos capitalistas do agronegócio e do latifúndio.

No dia 2 de abril, um militante sem-terra foi recebido a tiros quando chegava ao acampamento Pátria Livre em Itajuípe-Ba, certamente uma represália e intimidação a qualquer tentativa de ocupação de terras naquela região. Os tiros atingiram o militante, que ficará com seqüelas permanentes. Enquanto isso, diversos policiais, envolvidos com chacinas e o crime organizado, são reempoados pela justiça

burguesa e promovidos pela Secretaria de Segurança do Estado da Bahia.

festações antiimperialistas e anticapitalistas vêm se potencializando em várias partes do mundo. Reações de jovens e imigrantes contra as medidas governamentais que destroem empregos e direitos têm sido freqüentes na Europa e nos Estados Unidos. Na América Latina, os bloqueios de estradas na Bolívia, os protestos dos desempregados na Argentina e a revolta do povo haitiano contra o intervencionismo militar no país são exemplos da luta das massas contra a exploração e a opressão. O capitalismo só tem a oferecer desemprego, pobreza e fome à maioria. Nesse momento, é posta à luz do dia a crise econômica e com ela a explosão dos preços dos alimentos. Começam as revoltas das massas famintas.

Nessas condições, ressalta a trava da burocracia sindical sobre o proletariado mundial. A ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista é um obstáculo para o avanço da luta de classes. Sem esse instrumento, o proletariado continuará à mercê da burocracia corrupta e dos partidos burgueses. E sem a revolução proletária não haverá outra saída senão a barbárie social.

Nesse Primeiro de Maio, levantemos a bandeira da emancipação dos explorados.

- **Fim do Capitalismo, por meio da revolução proletária**
- **Fim da propriedade privada e implantação da propriedade coletiva dos meios de produção**
- **Aliança operária e camponesa para unir a maioria nacional oprimida contra a classe capitalista**
- **Frente única antiimperialista, sob a direção do proletariado, para expulsar os saqueadores do país**
- **Fim da ditadura de classe da burguesia, pelo governo operário e camponês (ditadura do proletariado)**
- **Construir o Partido Operário Revolucionário**

burguesa e promovidos pela Secretaria de Segurança do Estado da Bahia.

Em Teixeira de Freitas/BA, no dia 5 de abril, cerca de 550 famílias do MST ocuparam uma fazenda da empresa Aracruz Celulose, que atua no setor do agronegócio para exportação, na produção de eucalipto. Da região ocupada, 200 hectares pertencem à empresa Aracruz e o restante das terras pertence ao Estado.

Do dia 11 a 16/04, ocorreram outras ocupações, manifestações e mobilizações no Estado, destacando-se a ocupação de uma fazenda no município de Rio Real, por aproximadamente 150 famílias, e duas fazendas no município de Jandaíra, por cerca de 350 famílias. No dia 14/04 houve a ocupação da Estação Experimental Manoel Machado, da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, por 200 famílias, e fechamento da rodovia que liga Vitória da Conquista a Itambé/BA, com o propósito de pressionar os governos estadual e federal para a aceleração dos processos de desapropriação em andamento e desapropriação de novas áreas para assentamento das famílias. 25 mil famílias em 230 acampamentos. Só em 2007, houve cerca de 93 ocupações, com a participação de 18 mil famílias.

O Partido Operário Revolucionário apóia ativamente os sem-terra contra a violência dos órgãos de repressão dos governos locais e federal, defende o método da ação direta como instrumento de luta pela terra (ocupações, manifestações, autodefesa) e a unidade operário-camponesa para sepultar definitivamente a exploração capitalista.

II Encontro Nacional da Intersindical

Nos dias 12 e 13 de abril, realizou-se o II Encontro Nacional da Intersindical, que teve como ponto principal a discussão sobre a criação de uma nova central ou reforçar a Intersindical. Dois agrupamentos congregavam a maioria dos 877 delegados: o PSOL e a Alternativa Sindical Socialista. O PSOL se dividia em três correntes sindicais: C-Sol, Enlace e APS. A Alternativa Sindical Socialista, por sua vez, reunia independentes, Resistência Popular, petistas descontentes. Embora houvesse a discussão em grupos sobre a conjuntura e o plano de lutas, o ponto alto do Encontro foi o debate sobre a nova Central.

Posição da ASS sobre a nova Central

A ASS diz que no momento de “reorganização da classe” a melhor forma de contribuir para esse processo não é a “construção de uma nova Central, mas a radicalização da construção da Intersindical e unidade de ação com todos que querem lutar”. Para esse setor, a criação de uma nova central “nesse momento de fechamento de ciclo histórico, não responde às necessidades do período em que vivemos. Formalizar uma Central de cima para baixo, ao contrário de unificar a classe e colocá-la em movimento, pode se tornar o seu contrário, envelhecendo antes mesmo do nascimento”.

A ASS considera que a Intersindical está se fortalecendo e tem ainda um caminho a percorrer antes de constituir uma outra central: “Agir sobre a crise na base da CUT, que cresce a cada dia e os que rompem cada qual ao seu ritmo encontram nesse instrumento uma alternativa de reorganização do movimento sindical”. Portanto, para a ASS fundir a Intersindical com a Conlutas abortaria o processo de reorganização sindical que surgiu com as rupturas com a CUT. Conclui: “Cumprida a primeira tarefa aí sim vamos discutir a construção dessa central, que deve ser sindical, muito além do que nós somos hoje e agir em conjunto com os movimentos sociais”.

A partir dessa resolução, a ASS faz uma série de críticas à Conlutas. 1) “a tática Maquiavel da Conlutas, ao invés do que pensavam seus dirigentes não aglutinou militantes, sindicatos e oposições. A senha “deixe de ser um traidor, saia da CUT e venha para a Conlutas”, não funcionou; 2) A Conlutas, apesar da retórica de que é preciso estar nos locais de trabalho organizando as greves e mobilizações, suas “energias nos últimos 4 anos estão depositadas em direção ao Planalto”; 3) A Conlutas fala de uma nova central sindical e popular. “O popular tem relação direta com a perda de espaço desses companheiros em setores estratégicos da classe e a compreensão de que o Partido deve deliberar sobre a ação das demais organizações, não respeitando especificidade de cada movimento”; 4) A Conlutas acusa a “Intersindical de divisionista porque não aderimos à Conlutas, mas ao mesmo tempo nos chamam para uma nova Central”.

Diz ainda, reportando às correntes do PSOL, que não há unidade entre aqueles que querem uma nova Central: “uns defendem que a central deva ter um caráter sindical e popular, outros que deva ser sindical com a Conlutas e a do PCdoB, outros com a Conlutas e MST”. A ASS ironiza quando fala que estão unidos no ponto de construir a central a partir de debates e seminários.

Portanto, contrapondo-se à resolução de se unir à Conlutas, a ASS formula a seguinte proposição: “nossa proposta é concentrar as energias para consolidar a Intersindical. Agir sobre a crise na base da CUT. Retomar as ações a partir dos locais de trabalho e construir um plano de luta que envolva o conjunto do movimento sindical”.

Resolução do PSOL: APS, CSOL e Enlace

Constata que a “capitulação da CUT e sua falência como instrumento de unificação e representação dos interesses imediatos e históricos encerra o ciclo CUT/PT”. Diz que a partir daí inicia o processo de reorganização do movimento sindical, onde a Intersindical cumpre um papel importante. E apresenta uma resolução dividida em três itens: a) construir uma plataforma unitária de lutas e impulsionar a unidade, cita o exemplo do Fórum Nacional de Mobilizações; b) para avançar, diz ser necessária a construção de uma Central Sindical; c) organizar internamente essa discussão e impulsionar o debate com outras organizações, como a Conlutas. O PSOL, apesar de ser apresentar unido em defesa da criação da Central, é acusado pela ASS de ter várias posições quanto ao caráter da Central e da fusão com a Conlutas.

A Corrente sindical Enlace, que assina a resolução, divulgou um texto de crítica a Conlutas. Diz que a “Conlutas tem uma constituição, a nosso ver equivocada, por seu formato sindical e popular”. Isso porque na Conlutas reúne o movimento estudantil, associação de moradores, sem-teto, sem-terra etc. Assim, coincidindo com a ASS. O Enlace diz que sua posição não parte do “pressuposto do fim da centralidade do trabalho” e que é preciso um instrumento sindical para “organizar os trabalhadores a partir dos locais de trabalho, locus da produção de mais-valia”. Conclui que é preciso organizar aqueles que, “na esfera da produção, circulação e dos serviços, vivem do trabalho”. Na realidade, o Enlace está preocupado com o peso das representações na nova central, que inevitavelmente dará lugar às disputas partidárias.

A posição do PSOL, expressa pela dirigente do Diretório Nacional, é de que o II Encontro da Intersindical deve definir as bases para unificação em uma nova central, que caracteriza como sendo “plural do ponto de vista político, democrática do ponto de vista de sua estrutura, que construa espaços de interação com o movimento popular e estudantil, respeitando sua autonomia”. Esta formulação se mostra distinta da do Enlace, que concebe a nova central apenas com sindicatos formalmente constituídos.

Debate acirrado

A plenária se resumiu às intervenções a favor e contra a criação da nova Central.

Os agrupamentos em torno da ASS expuseram suas teses, reforçando a idéia de que é necessário primeiro fortalecer a Intersindical para depois partir para o debate sobre a construção da central. Enfatizaram que criar uma outra central para disputar com as centrais pelegas é um erro, como também o é a criação por decreto sem construir na base. E que o momento exigia a unificação na luta e não a criação de novos aparelhos.

Os setores do PSOL insistiram na questão do porquê não ser possível criar uma central com as características apontadas. Diziam ser um erro fechar o debate sobre a Central e que o fundamental do Encontro estava em avançar rumo a uma nova Central.

O resultado do debate foi a votação. A ASS fez uma declaração de que não votaria nem a favor e nem contra nenhuma das propostas. Isso gerou grande confusão no plenário. Mesmo assim, a mesa encaminhou a votação. Venceu a proposta do PSOL sintetizada da seguinte forma: a Intersindical abre o debate para construir a Central.

O tumulto tomou conta. A ASS não aceitou a decisão. O impasse era grande. Os proponentes das duas posições se reuniram para chegar a um consenso e garantir a unidade da Intersindical.

O resultado foi uma resolução de acordo: “O II Encontro decide continuar o debate divulgando as duas posições”. A resolução foi votada, mas parte do PSOL não votou.



A que se deve a divisão na Intersindical

O único ponto em comum na Intersindical quanto à questão de constituir uma nova Central é o que a CUT não possibilita mais espaço para as manifestações oposicionistas. E que por isso se justifica o rompimento. Uma vez configurada a ruptura em três pedaços – Intersindical, Conlutas, CTB -, evidencia que cada uma das partes entende a seu modo as razões da ruptura e o que fazer. O mais claro de todos foi o PCdoB que arrastou um conjunto de sindicatos para formalizar uma Central. A Conlutas realizou um congresso de consolidação da ruptura, sem contudo constituir uma Central. Espera-se que no 1º congresso a ser realizado em julho se constitua a Central. A Intersindical nasceu em 2006, no último congresso nacional da CUT, quando o PSTU já havia rompido e projetado a Conlutas.

Como se pode ver, a burocratização da CUT e o avançado grau de estatização com sua integração no governo Lula levaram a rupturas partidárias e sindicais que somente têm em comum a denúncia de impossibilidade de realizar oposição na CUT. Excetuando o PCdoB, que se contrapôs originalmente à construção da CUT, que depois aderiu a ela no momento de ascensão eleitoral do PT/CUT e que agiu como entrincheira para fortalecer seu aparato próprio, as demais correntes que romperam com a CUT expressam rupturas e afastamentos do PT. O PSTU já não podia apoiar a candidatura Lula com sua estratégia de governo dos trabalhadores e o PSOL foi o resultado da crise em torno do governo Lula. A ligação dessas correntes com o PT influenciaram decisivamente na sua decisão de cindir a CUT e abandonar a luta interna para derrotar a burocracia petista. Mas o fato de não expressarem uma ruptura das massas com a CUT/PT não puderam constituir uma Central proletária. A discussão sobre fusões revela o caráter superestrutural dessas organizações e as divergências no campo do aparatismo sindical.

A resolução da ASS contrária a fusão com a Conlutas é clara no sentido de que primeiro há que fortalecer a Intersindical como aparato, sem o que suas forças poderiam ser dissolvidas

na Conlutas, que tem sido um aparato sindical do PSTU. Os demais argumentos são secundários.

A resolução do PSOL, que reúne as três tendências, se posiciona de maneira geral quanto à constituição da Central, quando o que estava colocado no Encontro da Intersindical era a fusão com a Conlutas. No ponto C da resolução, temos a seguinte formulação: “organizar internamente essa discussão nos sindicatos e nos locais de trabalho, bem como impulsionar o debate com outras organizações, como a Conlutas e seus diversos setores e todos os que se dispuserem a enfrentar o capital e o governo Lula e demais governos”. Pode-se ver que o PSOL diluiu a Conlutas entre “todos os que se dispuserem a enfrentar o capital”. Todos quem? A abstração acoberta o fundamental de decisão que é a fusão entre Intersindical e Conlutas. Todo tipo de manobra foi realizado para levar o Encontro a aprovar a fusão.

Posição do POR

Desde o primeiro momento, o POR se colocou contra a cisão da CUT. Explicou o processo de burocratização e estatização da Central, extraindo a conclusão da necessidade de constituir uma fração revolucionária programática para intervir desde as bases nos sindicatos e Central. A burocratização e estatização da CUT diz respeito ao controle dos sindicatos por direções contra-revolucionárias. O ponto de partida da compreensão desse problema está na crise de direção e na necessidade de construir a direção revolucionária, portanto, o partido da revolução proletária. Os partidos que procuram criar aparatos sindicais próprios se contrapõem a essa tarefa e expressam posições da democracia burguesa. As cisões artificiais e burocráticas fortalecem as direções reacionárias, ao invés de combatê-las e derrotá-las. Não por acaso, as discussões na Intersindical não partiram da defesa de um programa. Limitaram a medir forças em torno de que forma se fortaleceriam como aparelhos sindicais. A Conlutas, por sua vez, se constituiu sem uma direção com um programa antiimperialista e anticapitalista. Lula legaliza a entrega de terras da Amazônia

Convenção das oposições

As correntes de Oposição à diretoria da Apeoesp, que compuseram a Unificada nas eleições passadas, participaram da Convenção ocorrida no dia 12 de abril. O objetivo para o Partido Operário Revolucionário era o de discutir e votar o programa e constituir a chapa frentista. Para isso, divulgou com antecedência sua proposta de programa que seria apresentada na Convenção. Distribuiu também uma Carta conclamando a unidade sob a base da democracia proletária.

O PSTU, PSOL e correntes da Oposição Alternativa formaram uma comissão que convocou outros setores oposicionistas para discutir o que pretendiam com a Convenção. Logo na primeira reunião, o POR entregou uma carta apontando os erros do passado e defendendo a soberania da Convenção. A comissão tinha interesse de que fossem acordados os pontos do programa e a chapa; o POR não aceitou. As demais correntes passaram a negociar o programa e nomes na chapa.

Erros do passado se repetem

No dia da Convenção, a Oposição Alternativa, no período da manhã, realizou uma plenária com 923 professores. Os boletins de convocação dessa plenária não explicitaram de que se tratava de uma reunião da Oposição Alternativa. Ao contrário, havia um chamado para convenção da oposição no horário das 9 horas.

O objetivo dessa reunião era votar o encabeçador da chapa e estabelecer o lugar das outras correntes na chapa. Não havia preocupação em torno do programa.

O PSOL divulgou um Manifesto de apoio a Paulo Neves. A essência do Manifesto era o de enaltecer a Oposição Alternativa, propor mudança na condução da Apeoesp, mostrar o acerto da construção da Conlutas e da Intersindical e concluía com a proposta de “criar uma nova Central a partir da fusão da Conlutas e da Intersindical”. O Manifesto continha 100 assinaturas de representantes de subsedes do inte-

rior, capital, baixada santista e ABC.

O PSTU divulgou um boletim defendendo o nome de José Geraldo Correa Jr. (Geraldinho). Dizia que havia duas grandes tarefas. 1) garantir o fortalecimento da Oposição Alternativa; 2) buscar unidade de todos os setores que são oposição “ao bloco governista do sindicato”. Concluía engrandecendo Geraldinho como o melhor candidato para encabeçar a chapa.

A Conspiração Socialista fez campanha por Silvio, membro também da diretoria da Apeoesp pela chapa Oposição Unificada.

A disputa foi acirrada. Como não houve acordo, a votação foi em urna. Paulo Neves obteve 277 votos, Silvio, 292 e Geraldinho, 354.

Depois da vitória do PSTU, os 14 cargos da executiva foram barganhados, ficando assim: 10 para Oposição Alternativa, 3 para o grupo Escola na Luta e 1 para a FOS. Em seguida, determinaram que o POR teria dois lugares e a ASS, três.

Depois de tudo acertado, a Oposição Alternativa concluiu sua plenária. Parte dos professores foi dispensada e por volta de 300 permaneceram no local para a Convenção.

Portanto, a verdadeira Convenção, no formato que essas correntes reivindicavam, foi realizada na parte da manhã. As disputas se deram por cargos e cada corrente procurou arregimentar professores em torno de suas candidaturas. As faixas indicavam o voto para “presidente”. As dificuldades de acordo entre esses grupos revelam as divisões aparelhadas no interior da Oposição Alternativa. Os acontecimentos mostram o quanto o PSTU, PSOL e Correntes da Oposição Alternativa estão burocratizados.

Convenção sem soberania

No período da tarde, ocorreu a Convenção que contou com o PSTU, PSOL, FOS, RP, Apeoesp na Escola na Luta, Conspiração Socialista e POR. A FOS iniciou lendo uma declaração com três colocações: 1) defesa de uma

convenção democrática onde o “programa e os cargos devam ser votados na sua integralidade”; 2) crítica a negociação em torno de cargos; 3) mas admitiu que lhes fossem atribuídos cargos. E conclui que considera “incorreta” a posição de votar o programa e “eximir de sua aplicação”. Na verdade, tratava de uma carta para justificar sua conduta de aceitar o acordo prévio que determinava um posto na executiva e outros no corpo geral da chapa. A posição da FOS foi uma manobra para não comparecer com a mesma posição dos que disputaram os cargos pela manhã. Souu estranha para uma parcela de professores que acreditou ser verdadeira a primeira colocação da carta.

O POR fez o encaminhamento de funcionamento da Convenção. Propôs que o programa fosse debatido e votado e que a chapa constituída sob a base do critério da proporcionalidade. Defendeu que a Convenção fosse soberana nas suas decisões. Esse encaminhamento foi votado. Somente o POR e RP votaram a favor. O PSTU, PSOL e outras correntes da Oposição Alternativa votaram contra. A FOS se absteve. Ao se abster, expôs a manobra e a conservação de posição antidemocrática.

Dessa forma, o programa seria discutido e votado e a chapa constituída pela manhã seria referendada.

Discussão sobre o Programa

A Oposição Alternativa apresentou uma “sistematização de programa” contendo 5 pontos: Eixos principais, Internacional, Nacional, Sindical e Educacional. Em cada um deles algumas reivindicações e bandeiras. A FOS seguiu o mesmo caminho, destacando reivindicações, formas de luta e estrutura sindical. A Apeoesp na Escola na Luta e RP não trouxeram contribuições. O POR apresentou o programa na íntegra. A mesa, conduzida pelo PSTU, propôs que fosse seguida a sua sistematização.

É fundamental, nesse balanço, destacar as principais polêmicas:

1. Rompimento com a CUT por meio do plebiscito

Houve duas intervenções a favor e duas contra. A favor, a FOS e Cons-piração. Contra, o POR. Os argumen-tos pelo rompimento se concentraram na caracterização da burocracia go-vernista da CUT e que não era pos-sível tirar 100 mil reais da Apeoesp para sustentar os traidores da clas-se. O POR procurou fazer a diferen-ciação entre a Central e a burocracia dirigente. Mostrou que se tratava de uma direção corrompida pela política burguesa e que era necessário travar uma luta para expulsá-la. Enfatizou que o combate à burocracia não se dá abandonando o campo e criando no-vos organismos. E que não havia um movimento de massa exigindo uma nova Central, ao contrário, o que ha-via eram disputas entre burocracias em torno do controle dos sindicatos. A posição do PSTU de criar a Conlutas o colocou nesse campo de disputas aparelhistas.

Todas as correntes da Oposição Al-ternativa e a FOS votaram pelo rompi-mento. A RP se absteve. E somente o POR votou contra.

2. Sobre a caracterização do go-verno Lula

No ponto sobre a questão nacio-nal, apresentada pela Oposição Al-ternativa, não tinha a caracterização do governo Lula. Somente indicava a bandeira contra o PAC e as reformas de Lula e Serra. O debate centrou em torno da posição do POR: o governo Lula é burguês e de continuidade das reformas antinacionais e antipopu-lares de FHC e concluiu com a defe-sa do governo operário e camponês. O PSTU dizia que essa bandeira não abre o diálogo com a categoria e, por isso, era melhor concretizar na fórmu-la de que se trata de um governo que aplica as reformas e o PAC.

Na votação, a Oposição Alternativa votou contra a formulação do POR. A FOS se dividiu. A RP votou com o POR.

Em outro momento, a FOS apre-sentou de conjunto suas bandeiras na-cionais e, entre elas, estava a consigna de “oposição de esquerda aos gover-nos neoliberais”, que acabou sendo aprovada.

3. Em relação ao salário e ao em-

prego

O POR fez a defesa do salário e do emprego por meio da reivindicação de escala móvel de reajuste e de traba-lho. As correntes que são contra pro-puseram a seguinte formulação: rea-juste automático de salário de acordo com a inflação, com redução de horas de trabalho, sem prejuízo de salário e de direitos, e estabilidade a todos os Ofas”. Essa última formulação preva-leceu.

Em relação ao piso salarial, a polê-mica foi entre o piso do Dieese e o sa-lário mínimo vital. O POR colocou-se pelo salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de base. Os demais agrupamentos votaram pelo piso do Dieese.

4. Sobre a consigna de escola pú-blica para todos e vinculada à produ-ção social

A FOS assumiu a defesa contrária à posição do POR, que se resumia as-sim: Defesa do ensino público, gratui-to, laico em todos os níveis. Fim da rede privada de ensino. Sistema único, estatal, sob o controle dos trabalhado-res e estudantes, voltada à produção social. Que nenhum jovem esteja fora da escola e do trabalho. Redução da jornada para 4 horas, salário adequa-do às suas necessidades, erradicação do trabalho infantil.

Não havia argumento político que pudesse contrapor a proposta, por isso a FOS utilizou justificativas de que a categoria não compreende e que a conjuntura não permite. Com-bater a unidade entre teoria e prática, um dos conceitos chaves da educação marxista, requereu da FOS malabarismos com as palavras. No final, todos votaram contra a formulação porista.

Pontos incluídos no programa

Houve consenso entre os agrupa-mentos de inclusão na proposta do setor majoritário das seguintes cons-ignas e reivindicações: a) defesa da autodeterminação dos povos; b) não pagamento das dívidas interna e ex-terna; c) frente única antiimperialista, dirigida pelo proletariado; c) luta pelo socialismo, propriedade coletiva dos meios de produção; d) reforma agrá-ria, sob o controle dos trabalhadores,

expropriação do latifúndio; e) defesa do método da ação direta.

Esses pontos do programa se de-vem ao empenho do POR, FOS e RP.

Referendo da Chapa

A segunda parte da Convenção se destinou a apresentar o acordo e as decisões da plenária ocorrida pela manhã.

O POR fez novamente uma decla-ração mostrando a contradição entre o programa aprovado e a formação da chapa. No programa, constam a democracia sindical e a proporciona-lidade direta. O método usado para a formação da chapa estava em cho-que com as decisões do programa. Ao rejeitarem o método da democracia operária, os setores majoritários for-taleceram os métodos da burocracia sindical. E concluiu dizendo que não aceitaria compor uma chapa que não estivesse sob a base desse princípio fundamental. O POR colocou-se pelo voto crítico na chapa, reservando o direito democrático de continuar ex-pondo suas divergências em torno do programa e do método de composição de chapa.

A chapa foi anunciada e votada pela grande maioria. O POR se absteve.

É necessário combater a burocratização com a democracia proletária

A chapa de oposição frentista cons-tituiu uma necessidade para derrotar a burocracia governista e estabelecer a democracia proletária. Uma parcela importante dos trabalhadores da edu-cação aspira a unidade oposicionista. Por essa razão, o POR trabalhou para que se convocasse a Convenção. Não se trata apenas de unir forças distin-tas, mas de submetê-las à discussão do programa e da formação da dire-ção.

O problema fundamental dos sin-dicatos se concentra no caráter de sua direção. Há necessidade de se consti-tuir uma direção que encarne o pro-grama revolucionário. A defesa da democracia e soberania da plenária de constituição da direção e do pro-grama faz parte da compreensão do POR quanto às tendências burocráti-cas existentes no seio da Oposição.

Fórum nacional de Pedagogia

O texto abaixo foi exposto pelo POR no debate sobre o PDE.

Sem alterar as condições de existência dos professores e estudantes não há melhoria na Educação

Nos dias 19, 20 e 21 de abril, realizou-se, em São Paulo, o Fórum Nacional de Pedagogia. Os estudantes presentes, muitos já professores da rede pública de ensino, dos vários estados e municípios do país, tiveram a oportunidade de discutir o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo Lula, lançado há um ano atrás.

No segundo dia do encontro, o POR participou de duas mesas. Na primeira, se contrapôs à defesa do PDE realizada por um membro do MEC. Este último procurou destacar “as maravilhas” do plano, como a tentativa de criação de um sistema nacional de ensino, através da cooperação entre União, estados, municípios e DF, bem como, através da cobrança por parte da União do cumprimento de metas para que os demais “entes federados” possam receber a “contribuição voluntária da União”, isto é, as verbas extras. Destacou ainda o quanto o PDE busca investir na formação dos professores da educação básica, no Piso Salarial Nacional, entre outros programas. O POR procurou desmascarar a defesa do PDE mostrando que nenhum dos mais de 50 programas do PDE pode alterar as condições de existência dos professores, alunos e pais da rede pública de ensino.

Dados sobre educação

Primeiro, apresentamos dados que comprovam o fracasso do ensino. Há um grande contingente de crianças e jovens que estão sendo empurrados para fora da escola ou nem nela entram. O número de matrículas, de acordo com o censo de 2007, vem reduzindo: 56.851.090, em 2004; 56.471.804, em 2005; 55.942.047, em 2006 e 52.969.456 em 2007. Dados do censo de 2006, apontam que 2.296.535 alunos abandonaram as escolas da rede pública no ensino fundamental e 1.276.864 no ensino médio. De acordo com pesquisa do IBGE (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) de 2006, cerca de 14 milhões de crianças de 0 a

17 anos de idade, em todo o Brasil, estavam fora da escola ou creche; deste total, 82% tinham de 0 a 6 anos de idade, 5% tinham de 7 a 14 anos e 13% de 15 a 17 anos. O Índice de Desenvolvimento Juvenil de 2007, por outro lado, aponta que 53% dos jovens brasileiros não estudam; mais de 50% dos jovens que estudam não estão nas séries correspondentes às idades e 51% deles exercem alguma atividade remunerada.

A precarização das condições de trabalho fica evidente quando consideramos a superlotação das salas de aula que, só no estado de São Paulo, atinge 178 mil estudantes, segundo o próprio governo Serra. Destacamos neste item também o arrocho salarial enfrentado pelos professores e as exaustivas jornadas de trabalho.

Finalmente, destacamos o sucateamento das escolas. Em São Paulo, a própria Secretaria da Educação admite que 60% dos prédios, de um total de 5.537 escolas estaduais, estão com problemas no telhado e nas instalações hidráulicas e elétricas. No Brasil, 26,3 mil escolas não têm energia elétrica. Em São Paulo, 7% das escolas não têm sanitários dentro dos prédios; 20% não estão ligados à rede pública de esgoto; 13% não têm abastecimento público de água; só 15% têm bibliotecas; apenas 23% possuem laboratórios de ciências.

Conclusão: não houve expansão da rede pública de ensino, como tem se preconizado; os alunos são empurrados para fora da escola e os professores não têm condições de atender satisfatoriamente os alunos, isto é, não têm condições para ensiná-los e nem a escola de lhes oferecer o mínimo de infraestrutura. Não pode haver “escola de qualidade”, não pode existir melhoria na rede de educação sem uma profunda transformação nas escolas públicas e nas condições materiais e sociais (de existência) de alunos, pais e professores, pois a miséria e a exploração do trabalho está na base destes problemas.

Gastos com educação no governo Lula

De 1995 a 2005, os recursos do go-

verno federal destinados à educação passaram de R\$ 15,2 bilhões para R\$ 16,2 bilhões. Porém, caíram em relação ao PIB. Em 2007, com um PIB na ordem de 5%, os gastos com educação ficaram entre 3% a 4%. Cresceu a diferença entre o PIB e o que se investe no ensino (3,37%, em 2000; 3,04% em 2001; 3,01% em 2002; 2,88% em 2003; 2,67% em 2004 e 2,67% em 2005). A Desvinculação de Receita da União (DRU), entre 2000 e 2007, retirou R\$ 45,8 bilhões da educação. Além disso, a Reforma Tributária pretende extinguir o salário-educação (pago pelos capitalistas), que arrecadava cerca de R\$ 7 bilhões por ano.

Conclusão: a política dos governantes tem sido de corte de recursos para a educação pública, tanto no caso do PSDB (de 2000 a 2002, segundo dados que apresentamos) como no caso do PT (de 2003 a 2007) verifica-se que cai o percentual do PIB destinado à educação.

O PDE não garante investimentos massivos à educação

Primeiro, apontamos como o FUNDEB não traz novos recursos à educação. Por lei, os estados, municípios e DF devem gastar 25% e a União 18% do que arrecadam com impostos na manutenção e desenvolvimento da educação. O novo fundo não altera isso. Não altera o percentual do PIB a ser investido na educação. Nem a eliminação do veto de FHC para investimentos de 7% do PIB foi realizada, que dirá da proposta petista do passado de 10% do PIB. Mantém a Desvinculação de Receita da União (DRU), que retira 20% dos recursos da educação para garantir o superávit primário. Não aumenta os recursos para o ensino. Passa a atender um número maior de alunos (de 30 milhões para 47 milhões), quando os investimentos só aumentam de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 48 bilhões (R\$ 12,8 bilhões). O aumento do número de alunos é de 57% e o de recursos é de 36%. Aumenta o número de níveis de ensino atendidos (creches, educação infantil e especial, ensino médio e EJA) além do ensino fundamental, mas progressivamente. Só o ensino

fundamental foi assistido em 100% no primeiro ano; o ensino infantil, o médio e o EJA foram atendidos em 1/3 no primeiro ano; 2/3, no segundo ano e totalmente no terceiro ano. A complementação da União aos fundos também será progressiva: R\$ 2 bilhões no 1º ano; R\$ 3 bilhões no 2º ano e R\$ 4,5 bilhões no último ano. A distribuição de recursos contempla instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Segundo, destacamos que o Plano de Metas do Compromisso Todos pela Educação, instituído via Decreto nº 6.094, de 24/04/07, limita ainda a forma de repasse das “transferências voluntárias” do governo federal. Para que os estados, os municípios e DF tenham acesso a tais verbas têm de, em primeiro lugar, aderir ao Compromisso, o que já foi feito por todos os 26 estados brasileiros, o Distrito Federal e 5.300 municípios. Ao aderirem ao Compromisso têm de aceitar e concretizar as 28 diretrizes por ele estabelecidas. Para tanto, o MEC elaborará planos de metas de curto, médio e longo prazos. O cumprimento das metas estabelecidas para a concretização das diretrizes será aferido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O apoio financeiro e técnico da União terá como prioridade as escolas com baixa classificação no IDEB.

O programa Dinheiro na Escola é a maneira pela qual chegará às escolas as tais verbas suplementares e não apenas às escolas públicas do ensino fundamental, mas também da rede privada “sem fins lucrativos” que oferecem educação especial. Os recursos servem para cobrir despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos e dependerá do número de alunos matriculados e da região do país. O § 6º do Art. 8º da Resolução nº 9 (24/04/07), que dita as normas de repasse, estabelece que as transferências de recursos desse programa serão acrescidas de uma parcela extra de 50%, a título de “incentivo”, para todas as escolas públicas rurais, de 2007 a 2009. Nos dois últimos anos, dependerá do plano de metas do Compromisso. As escolas públicas urbanas só receberão a parcela extra, em 2008 e 2009, se cumprirem as metas intermediárias do IDEB estipuladas para 2007. Exceção

para as escolas localizadas em regiões metropolitanas com alto índice de vulnerabilidade, que terão o recurso para realizarem atividades aos sábados.

Como se vê, além de aumentar os recursos oficiais, para os recursos “suplementares” há uma verdadeira chantagem calcada no Compromisso Todos pela Educação feito pelos capitalistas.

O PDE e a ênfase no ensino profissionalizante e tecnológico

Procuramos mostrar que os programas que pretensamente visam a melhorar a formação dos estudantes estão ligados à Reforma do Ensino Médio e à Reforma Universitária e de fato nada garante para os jovens.

Com o Brasil Profissionalizado, o governo federal diz que pretende construir um novo modelo de ensino médio, combinando a formação geral, científica e cultural com a formação profissional. Os estados e municípios que quiserem receber recursos deste programa terão de apresentar projetos de estrutura (reestruturação na verdade) do ensino médio e, óbvio, aderir ao Compromisso. Isso demonstra porque os governos, como no caso de São Paulo, vem promovendo alterações na grade curricular do ensino médio nas escolas públicas.

Com o Pró-Info, o governo Lula, sob a demagogia de “inclusão digital”, na verdade, favorece as empresas privadas de informática e, para as escolas mesmo, não envia mais do que cerca de 10 computadores. Ainda assim, as escolas que quiserem participar do programa terão de garantir a infra-estrutura para o funcionamento (suporte técnico) e incluir em seus projetos pedagógicos o “uso de tecnologias de informação e comunicação”.

Com o programa Conteúdos Educacionais, o governo abre para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Não Governamentais (ONGs), Fundações, Centros de Pesquisa públicos ou privados “sem fins lucrativos”, Universidades, Centros Tecnológicos etc. a possibilidade de ganhos extras. Poderão desenvolver propostas de conteúdos digitais multimídia, com a desculpa de que são para subsidiar os professores de língua portuguesa, matemática, física, química e biologia.

Com o programa de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou seja, instituições de educação superior, básica e profissional, “pluricurriculares e multicampus especializados na oferta de educação profissional e tecnológica”, o governo avança na reforma do ensino, enxugando a máquina, inclusive. São formados a partir da integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas. Neles se oferecem cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio; Educação Técnica Profissional vinculada a Educação de Jovens e Adultos e Licenciatura para formas professores de educação básica nas áreas da ciência da natureza.

O programa E-tec Brasil, que é o sistema de Escola Técnica Aberta do Brasil, é mais um mecanismo do governo Lula para implementar cursos a distância nas escolas públicas, que podem ser adaptadas (criar estrutura) para oferecerem os cursos de técnico de nível médio; técnico vinculado a EJA (prioridade do governo) e também a formação continuada e em serviço de professores de educação profissional. O governo aceita propostas de estados e municípios que queiram adequar suas escolas de ensino médio e de técnico para a oferta de cursos e também propostas de Universidades, Centros de Educação Tecnológica etc. que queiram elaborar os cursos que as escolas oferecerão.

O PDE e a “nova lei” do Estágio

O governo lançou o Projeto de Lei 993, que visa a alterar as normas jurídicas do estágio para estudantes do ensino superior, profissional e médio. Na prática, não há nenhum avanço, no sentido de garantir a vida da juventude e vinculação do ensino com a produção social. A novidade é que, mesmo em escolas públicas do ensino médio, o estágio deverá ser acompanhado por um professor orientador. Somente o estágio não obrigatório continuará exigindo algum tipo de pagamento ao estudante. A empresa tem de observar a matrícula e a frequência do estudante, mas em locais em que não há “oferta suficiente do ensino médio” a contratação pode prescindir da comprovação de frequência desde que o aluno tenha concluído o ensino funda-

mental. A jornada máxima foi fixada em 6 horas, mas se os cursos relacionarem teoria e prática, podem ser de 8 horas. Como se vê, o governo não moveu uma palha para diminuir a exploração da juventude pelos capitalistas, ao contrário, legaliza a exploração.

O PDE e a Formação de Professores

O que governo oferece em termos de formação aos professores, além dos cursos à distância já mencionados, é a possibilidade de participarem do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) que implanta o sistema nacional de ensino superior a distância, por enquanto em instituições públicas. Nas UABs serão oferecidos cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica e cursos superiores para a “capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores” da educação básica.

Com o programa Iniciação à Docência, o governo usa a desculpa de “incentivar a formação de professores para a educação básica” e de “integrar a educação superior do sistema federal com a educação básica”. Mas não faz senão conceder bolsas aos estudantes de instituições federais de ensino superior e centros federais de educação tecnológica com cursos de licenciatura e com convênios com redes públicas estaduais e municipais para participarem de atividades nas escolas públicas. Possivelmente, tais bolsas também serão estendidas às universidades privadas; por hora, o programa significa maior doutrinação dos jovens que ingressarão na rede como professores e favorecimento da burocracia acadêmica que faz propaganda dos projetos do governo.

O Piso Salarial Nacional dos Professores

O governo Lula alega que o piso salarial nacional de R\$ 950,00 para 40 horas semanais, a ser instituído, é um “resgate do Pacto nacional pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação”, assinado em 1994, entre o MEC e entidades sindicais. Sobre isso não está mentindo. De fato, as direções sindicais burocráticas, mais propriamente a direção da CNTE, fechou

este acordo vergonhoso. Aproveitamos este fato para dar um exemplo aos futuros professores sobre como agem as burocracias sindicais e de como precisamos superá-las, arrancá-las dos sindicatos.

O problema é que esse piso não garante nem de longe as necessidades básicas dos professores. Há até estados que pagam mais, portanto não se pode nivelar o salário por baixo. Um bom exemplo é Tocantins que paga R\$ 2.020,00 para uma jornada de 40 horas. Este valor é pouco, dá pouco mais de R\$ 10,00 a hora-aula, mas demonstra que o piso proposto pelo governo é de fome mesmo. Além de ser implantado parcialmente: em 2008, será paga 1/3 da diferença entre o valor atual (salário de 2007) e o piso de R\$ 950,00; em 2009, 2/3 da diferença entre o salário de 2008 e o piso e em 2010 se dará a totalidade do pagamento do valor do piso. Ou seja, ele obedece a lógica de progressão criada pelo FUNDEB, como o próprio governo admite.

Mercantilização do Ensino

Concluimos com os dados apresentados que nenhuma medida do governo mexe de fato com as condições de vida dos professores e alunos. Não há medida de diminuição de alunos por sala; nem de redução de jornada de trabalho dos professores; não haverá aumento salarial que dê conta de nossas perdas. Também não há nada neste sentido para os estudantes, que têm de buscar sua sobrevivência e, portanto, abandonar a escola. A própria nova lei do estágio não reduz a jornada de trabalho do jovem para 4 horas para que ele possa combinar trabalho e estudo; não há a instituição da obrigatoriedade de pagamento pelo trabalho do jovem com um salário que atenda de fato suas necessidades. Enfim, o a superexploração de professores e jovens se mantém com o PDE. As condições de ensino não são alteradas, portanto, não haverá nenhuma mudança na educação. Não pode haver essa mudança porque ainda vivemos numa sociedade de classe e a burguesia não permite mudanças efetivas.

Para que serve o PDE, então? Para favorecer os empresários, ampliando a mercantilização do ensino e, para que

isso se garanta, aumenta também a centralização burocrática e autoritária do ensino (pressão sobre professores e estudantes). Explicamos que a privatização da educação básica não se dá diretamente, como ocorre na universidade, mas pelas parcerias, programas de adoção de escolas, isto é, de forma que não dê visibilidade ao processo e, conseqüentemente, gere reação dos profissionais da educação e estudantes.

Novos exemplos foram dados neste sentido:

➔ Art. 7º do decreto do Plano de Metas: *Podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades profissionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica.*

➔ O Programa Pró-Escolar é uma linha de crédito junto ao BNDES para favorecer empresas do setor privado que querem trabalhar com transporte de alunos das redes públicas. O setor privado, em 2007, teve à sua disposição R\$ 300 milhões para a compra de veículos, com 6 anos para pagar e juros de 4% ao ano.

➔ O Programa Brasil Alfabetizado, que agora será feito por professores da rede pública, dará aos mesmos uma bolsa no valor de R\$ 230,00. Ao mesmo tempo que favorece as editoras com o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Sobre a centralização burocrática e autoritária, não precisou irmos longe. Como a própria representante do MEC havia distribuído as 28 metas do Compromisso Todos pela Educação, destacamos algumas que tratam da avaliação de desempenho, da necessidade de instituição do plano de carreira tendo por base o mérito, a regulamentação do estágio probatório, dentre outras. Comentamos que, aqui em São Paulo, os petistas que dirigem o sindicato dizem ser contra, no entanto, o PT como governo instituiu as mesmas medidas de Serra e vai além. Ou seja, a direção da APEOESP é correa de transmissão do governo Lula e a da CNTE também.

Publicamos a seguir o Manifesto aos estudantes distribuído pelo POR no encontro

Em defesa da educação – Abaixo o PDE

Nessa semana, a educação no Brasil está sendo discutida em dois encontros: Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb) e o Fórum Nacional de Pedagogia.

A Coneb tem o objetivo de referendar o Programa de Desenvolvimento Escolar (PDE) do governo Lula. Por isso, contou com a presença do Ministro da Educação (Fernando Haddad), direções de sindicatos de educação da rede pública e a presença de representantes do ensino privado.

O Ministro deu o tom à Conferência professando demagogia: “Precisamos avançar na vinculação dos tributos da União a educação, muito além da derubada da DRU” e chegou ao ponto de dizer “o Brasil precisa priorizar a educação e destinar mais de 6% do PIB ao setor”. E concluiu: “nosso mérito é humildemente ouvir a sociedade. Não temos a pretensão de sermos os donos da verdade”. Com esse clichê, pretende acobertar sua responsabilidade e do governo Lula perante o sucateamento da educação pública. O Ministro é executor da DRU (que sangra os recursos da educação em 20%), aplica a miséria de pouco mais de 3% do PIB e está a serviço da implantação do PDE, que tem como essência a mercantilização e a centralização burocrática do Estado sobre o ensino.

A finalidade da Coneb foi o de selar o pacto entre as burocracias sindicais e o governo para aplicar o PDE.

O Fórum Nacional de Pedagogia deve ter como objetivo rejeitar a Reforma Educacional do governo, que nada mais é do que a aplicação das diretrizes dos credores imperialistas no ensino brasileiro. O PDE é a fórmula assumida por Lula/Haddad como alternativa ao fracasso escolar da última década. Seu conteúdo visa a responsabilizar os trabalhadores da educação e os estudantes pela falência da aprendizagem e diminuir a responsabilidade do Estado com o financiamento do ensino público, daí as saídas no campo da mercantilização.

O PDE, que comparece sob o verniz da “educação de qualidade”, é o comprovante da incapacidade da burguesia e de seus governos apresentarem a solução para a decomposição do ensino e

suas trágicas conseqüências. O que não poderia ser diferente. Isso porque a raiz do problema está na base material da sociedade, no sistema econômico de produção. A educação, em última instância, reflete a contradição que se expressa na sociedade capitalista – produção coletiva e apropriação privada. A fase atual (imperialista) é de desagregação do capitalismo, que se projeta, direta ou indiretamente, em todos os elementos superestruturais da sociedade de classe. A educação não fica isenta de seus efeitos nefastos.

Não por acaso, os governos e a classe capitalista procuram descarregar as conseqüências do fracasso do ensino sobre os que estão diretamente a ele vinculados – trabalhadores e estudantes. Para isso, procuram atrair a burocracia sindical e os acadêmicos de gabinete para seus projetos de transformar a educação pública em empresas (gestão, controle, avaliação desempenho e outras medidas condizentes com o capital).

Os estudantes de pedagogia têm a tarefa de rejeitar o academicismo e colocar o movimento estudantil ao lado dos trabalhadores, aprovando um plano de luta para pôr abaixo o PDE e seus similares nos estados. Não há fórmulas pedagógicas para resolver a crise educacional, que tem seus fundamentos na sociedade de classe. Os problemas da educação, na atualidade, são de caráter social e político. Por mais avançados que sejam os métodos pedagógicos, criados no seio da escola de classe, não têm como servir de instrumento de superação da putrefação do sistema de ensino. Verificamos que conquistas pedagógicas se desintegram juntamente com essa escola.

A tese de que a crise se deve à falta de capacitação pedagógica é uma máscara para as reais causas da desintegração escolar. É importante demonstrar, inclusive, que a enorme regressão dos cursos de pedagogia é um reflexo da regressão geral da educação. A pedagogia voltará

a ocupar um lugar de destaque em uma nova escola, fruto de uma sociedade socialista. O que não quer dizer desconsiderar a importância da pedagogia para enfrentar a escola de classe decadente. Ao colocá-la frente a essa escola, para sermos verdadeiros, temos de encará-la como expressão da crise social e política que advém do capitalismo em sua fase monopolista.

A Corrente Proletária na Educação (corrente sindical do Partido Operário Revolucionário) apresenta um conjunto de reivindicações que permite selar a aliança de classe (dos explorados contra os exploradores).

1. Combate à Reforma educacional, materializada no PDE, ProUni e Reuni. Fim do Fundeb e outros instrumentos que limitam verbas para a escola pública;
2. Defesa do ensino público, gratuito, laico em todos os níveis. Fim da rede privada de ensino. Sistema único, estatal, sob o controle dos trabalhadores e estudantes;
3. Fim da centralização autoritária dos governos e seus órgãos de poder sobre o trabalho dos professores. Liberdade de cátedra. Combate às avaliações externas. Livre direito de manifestação e expressão (fim das medidas punitivas aos professores e estudantes);
4. Que nenhum jovem esteja fora da escola e do trabalho. Redução da jornada para 4 horas, salário adequado às suas necessidades, erradicação da trabalho infantil. Defesa de uma escola voltada à produção social;
5. Rejeitar o salário mínimo de fome do governo e o piso salarial proposto pela CNTE (R\$ 1.050,00). Defesa do salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de trabalhadores. Em nossos cálculos, o piso salarial deve ser de R\$ 2.750,00.
6. Combater o desemprego que atinge os estudantes e os trabalhadores por meio da defesa da escala móvel das horas de trabalho.

Novo Estatuto do DCE será feito por um Congresso de Estudantes

A Assembléia de estudantes da UEL do dia 11 de abril aprovou a proposta defendida pela Corrente Proletária, já desde o ano passado, de se elaborar o novo Estatuto do DCE mediante um Congresso de Estudantes amplamente convocado e com delegados eleitos pelos cursos.

Contrariando a motivação puramente legalista de alguns diretores do DCE – de se adequar às exigências da burocracia universitária que quer obrigar o enquadramento jurídico da entidade estudantil – a maioria dos estudantes entendeu que a elaboração de um novo estatuto não é apenas o momento de se criar um novo regulamento organizativo, mas, de organização e politização do movimento estudantil.

A diretoria do DCE se adapta facilmente à pressão legalista porque está dirigida pelo PSTU e pelo PSOL,

correntes que subordinam as lutas dos estudantes aos seus interesses eleitorais. A maioria dos estudantes, entretanto, entendeu que a elaboração do seu novo estatuto deve ser um ato de afirmação da autonomia do movimento perante a burocracia

e os poderes contrários ao movimento estudantil. Além de ser a forma mais democrática e transparente de se discutir a forma de organização dos estudantes.

Plenárias para elaboração de proposta de estatuto

A Corrente Proletária convida todos os estudantes da UEL a participar das plenárias para elaborar coletiva e conjuntamente uma proposta de Estatuto. Chamamos a atenção para a importância desta participação como forma de garantir que o Estatuto aprovado expresse os princípios da autonomia do movimento da UEL.

- Defesa do ensino público, gratuito, laico e científico.
- Fim de todo ensino privado.
- Autonomia Universitária. Defesa do auto-governo e fim de qualquer ingerência do executivo na universidade.
- Democracia estudantil, soberania das assembléias e controle da direção pela base.
- Proporcionalidade na composição da diretoria.
- Lisura das finanças. Controle das finanças pela base.

Rondônia:

Defender a unidade dos camponeses pobres

A revista *Isto É* tem veiculado inúmeras calúnias sobre a militância da Liga dos Camponeses Pobres – LCP em Rondônia. O que está por trás desta política de difamação sobre os camponeses na região Amazônica?

Essa campanha mentirosa não é algo recente. Tem, aproximadamente, dez anos. Neste momento de intensa entrega das riquezas do Estado às multinacionais, as calúnias ganham força. Assim que se intensificou a campanha, o terror começou na área de Jacinópolis. 100 homens encapuzados queimaram cerca de 100 barracos de camponeses desta área. Entre os encapuzados, são evidenciadas as presenças do braço armado do estado e dos jagunços dos latifundiários/grileiros.

A Revista *Isto É* coloca suas páginas a serviço dos latifundiários e do estado repressivo. Por isso, divulga calúnias contra a militância da Liga dos Camponeses Pobres e contra os demais trabalhadores que lutam pela terra. Essa não é uma particularidade dessa revista, a imprensa burguesa atua como porta-voz dos interesses da classe capitalista e seus representantes no poder do Estado.

Na região Amazônica, a devastação caminha a passos largos. A destruição da floresta tem sido a destruição da fonte de subsistência dos índios, ribeirinhos e camponeses pobres. A exploração da Amazônia pelo agronegócio, empresários de serrarias e

multinacionais deve ser duramente combatida. O governo Lula e os governos dos estados estão submissos à ofensiva do capital sobre o saque na Amazônia.

Unidade dos explorados contra os exploradores

Estabelecer a aliança operária e camponesa, sob o direção do programa e da classe operária. Os estudantes e demais oprimidos devem ser incorporados nesse combate estratégico do proletariado.

Trabalhar a unidade dos explorados contra os patrões e governos e contra o esmagamento dos camponeses pobres é nossa tarefa.

Os governos e patrões impõem políticas que degradam a vida dos camponeses pobres e que ampliam a miséria entre os trabalhadores. Apresentam como “solução” para a violência no campo e na cidade a criação de presídios, aumento de policiais e a condenação das lideranças dos movimentos.

Responder com luta é o caminho traçado pelos explorados do campo e da cidade.

Tribunais Populares para julgar e punir os crimes da burguesia

A violência reacionária da classe burguesa sobre a maioria oprimida precisa ser respondida com a violência revolucionária. A Justiça do Estado é a justiça para os capitalistas. As

CPIs do Congresso são distrações para acobertar as verdadeiras causas da corrupção, servir de palco para as negociações entre as gangues capitalistas e proteger os interesses da ditadura da burguesia. Os trabalhadores têm de impor sua própria justiça por meio da luta e da construção de organismos próprios. Os tribunais populares são instrumentos de decisão coletiva dos explorados. Sua função é julgar e punir os reais provocadores da fome, da miséria, dos assassinatos de lideranças e de toda sorte de crimes da burguesia. Já há 12 anos da chacina de Eldorado dos Carajás e outros tantos do massacre de Corumbiara, mas a Justiça burguesa continua protegendo os verdadeiros responsáveis.

Os acampamentos dos camponeses da LCP estão sob a mira dos latifundiários assassinos. No ano passado e no início deste ano, já são dois acampamentos invadidos pelos jagunços, que espalham o terror não só espancando e matando camponeses, mas também queimando os barracos com todos os pertences, as plantações e ainda jogando óleo queimado nos poços. Ninguém foi punido.

O Partido Operário Revolucionário defende os tribunais populares. Levanta as bandeiras:

- Fim da criminalização dos movimentos sociais
- Julgar e punir os assassinos dos camponeses
- Construir a auto-defesa

Ocupação na UnB mostra caminho da luta!

A vitória da ocupação da UnB demarca um momento importante do movimento estudantil, pois expressou a força política dos estudantes contra a burocracia universitária.

O reitor da universidade acreditava que as denúncias de corrupção envolvendo sua gestão acabariam em nada, como tem sido a regra dos governos, no Congresso Nacional e na Justiça. Não houve nenhuma CPI para ludibriar a população.

Os estudantes ocuparam a reitoria, resistiram às pressões repressivas e estenderam a luta para toda a UnB. Finalmente, os professores foram arrastados a apoiar a reivindicação de destituição do Reitor e seus asseclas.

O Conselho Universitário, que estava calado, se reuniu assim que o Reitor pediu afastamento. Esse órgão da burocracia não teve como se contrapor à exigência de revogação do mandato de Timothy e seu grupo. Reuniu-se para pôr uma faixa legal na destituição do Reitor, que se deu pela ação direta dos estudantes, com assembléias, mobilizações e ocupação.

A burocracia docente que compõe o Conselho Universitário foi quem escolheu a mando do governo o reitor substituto. Isto demonstra que, mesmo com a conquista da ocupação em destituir o reitor e seu vice, a estrutura autoritária permanece.

Os estudantes exigiram do novo Reitor nomeado pelo go-

verno que convocasse eleições e que se aceitasse o critério de paridade. Para que a ocupação fosse levantada, o Reitor provisório manobrou com um acordo.

A composição dos conselhos superiores (CONSU, etc.) expressa o caráter autoritário da burocracia acadêmica. Mesmo a paridade não rompe com essa estrutura de poder na universidade.

A derrubada da cúpula corrupta é apenas um passo. É necessário varrer toda a burocracia Universitária composta pela parcela docente integrada à estrutura estatal e às políticas do governo. É preciso conquistar a assembléia universitária como órgão soberano frente ao governo da universidade, que deve ser tripartite, eleito diretamente sob critério do voto universal e comprometido com a democracia e autonomia universitárias.

Está aí a continuidade da luta. Não se pode iludir com a formalidade da eleição do Reitor, que se assenta na burocracia docente e que serve de correia de transmissão da política estatal para a vida da universidade.

Viva a ocupação da UnB!

Varrer toda burocracia da universidade!

Controle do ensino por quem estuda e trabalha!

Manifesto da Corrente Proletária Estudantil

Estudantes da Unifesp em luta!

O escândalo dos cartões corporativos escancarou os privilégios da burocracia universitária das Universidades Federais. A Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) foi uma das campeãs nos gastos: mais de 290 mil em 2007.

O reitor desta universidade gastou, em um ano e meio, com o cartão corporativo, quase 80 mil em compras de cosméticos, materiais esportivo, aluguel de carro e diárias em hotéis, inclusive na Disney, em Orlando (EUA). Enquanto os novos campi da Unifesp sofrem com a falta de recursos, a corja que comanda a universidade esbanja o dinheiro público e reprime o movimento estudantil.

A divulgação da ganância da reitoria somada à repercussão e à força que ganhou o movimento da ocupação da Unb fez com que os estudantes saíssem em luta pela destituição do reitor.

Não foi aprovada a proposta de ocupação - apenas manifestações e greve. Uma parcela da elite estudantil (medicina, etc.) joga contra a luta. E a direção do DCE é fraca e conciliadora.

Satisfeito com as justificativas sobre os gastos, o conselho de entidades, formado pelo DCE, Associação dos Docentes, Sindicato dos Trabalhadores Técnico Administrativos, cancelou a reunião que teria com o reitor e, mesmo com a ampla mobilização estudantil pela sua destituição, o Conselho assinou uma carta aberta à população, no último dia 19, em que exige apenas o afastamento temporário do reitor para a apuração das denúncias.

Os estudantes devem lutar pela vitória na Unifesp, fortalecendo a greve e exigindo a RENÚNCIA do reitor corrupto. Para além desta reivindicação, é necessária a expulsão de toda



burocracia universitária que representa os interesses dos governos e da classe dominante no interior da universidade, contra os interesses da maioria que estuda e trabalha.

A Corrente Proletária Estudantil defende a assembléia geral universitária como meio de organização para avançar na destruição da burocracia e se tornar o órgão de poder na universidade, que deve ser tripartite, eleito diretamente sob critério de voto universal. A real democratização e a autonomia da universidade só serão concretizadas com seu controle por aqueles que nela estudam e trabalham.

ABAIXO O REITOR CORRUPTO E TODA SUA CAMARILHA!

VARRER TODA BUROCRACIA DA UNIVERSIDADE!

CONTROLE DO ENSINO POR QUEM TRABALHA E ESTUDA!

V Congresso da USP: sem democracia nem soberania

O V Congresso da USP tem sido apresentado como uma conquista do movimento estudantil, que no ano passado protagonizou a ocupação da reitoria, a qual se transformou numa trincheira de luta e num rastilho de pólvora que incentivou uma onda de mobilização nacional contra os planos governistas de maior intervenção, sucateamento e privatização das universidades públicas.

Mas é bom lembrar alguns fatos:

1) O V Congresso é um dos pontos do acordo que pôs fim à ocupação da reitoria, juntamente à mentira da não punição dos estudantes e das migalhas concedidas na primeira semana do movimento. Ele é resultado da implantação artificial da bandeira da estatuinte num movimento que tinha como centro e ponto mais alto o combate aos decretos intervencionistas do governo Serra. A estatuinte é uma bandeira artificial porque não é consequência das necessidades mais sentidas pelos estudantes, e sim uma reivindicação que serviu e serve à negociação com a direção da universidade, sem lhe pôr em risco o poder e autoridade. Tanto é assim que foi usada como “barganha” para pôr fim à ocupação. Tanto é assim que o Congresso convocado não tem soberania ou poder deliberativo, e é convocado em data fixada pela administração da universidade, e não pelas instâncias do movimento.

2) O V Congresso não é resultado direto da mobilização, mas justamente o oposto: foi ponto de apoio para a negociação de bastidores que envolveu reitoria, um grupo de professores (categoria que então já tinha pulado fora da greve) e “lideranças” estudantis. O resultado final dessa negociação foi levado às assembleias e contribuiu para pôr fim ao movimento. Ora, se já é difícil derrotar a burocracia autoritária e impor as reivindicações do movimento quando a luta envolve milhares nas ruas, que dirá num momento de relativa “paz” entre os que estudam e trabalham e a burocracia que administra autoritariamente a universidade. Momento esse em que algumas dezenas de professores, funcionários e estudantes se reúnem e decidem “palpitar” como deverá ser o novo estatuto da universidade, sem choque com a burocracia autoritária, a mesma que pode inclusive participar do Congresso com voto privilegiado (com cada voto seu tendo um peso várias

vezes maior que o dos estudantes).

3) A organização do V Congresso tem se revelado palco de negociação à margem das reivindicações e necessidades mais sentidas pelos que estudam e trabalham. A burocracia autoritária prepara sua “proposta” de estatuto, ao que tudo indica ainda mais reacionária que a atual: só para se ter idéia, um de seus itens será a redução do colégio eleitoral que hoje indica três nomes ao governador do estado, num processo de eleição que hoje já é o mais antidemocrático do país. As direções sindicais de Adusp e Sintusp e a do DCE negociam, por cima das bases, aberta ou veladamente, a organização e funcionamento do Congresso. Quando se negociam os critérios, se fundamentam as condições sobre as quais se realizarão as resoluções.

O que é a chamada “democratização” da universidade pretendida

A universidade que temos é profundamente antidemocrática. Sua estrutura de poder hierarquizada e semelhante à de uma organização religiosa medieval tem a ver com o fato de ser manejada pela classe dominante e minoritária da sociedade. Para servir à minoria em oposição aos interesses e necessidades da maioria, se constroem estruturas de poder autoritárias, antidemocráticas. O autoritarismo da burocracia universitária é expressão fiel da ditadura de classe da burguesia na sociedade capitalista. É por meio dessa casta de professores vendidos de todas as formas possíveis e imagináveis que os exploradores exercem seu controle absoluto sobre a universidade. Não existe, nunca existiu, nem pode existir real autonomia universitária enquanto o poder está nas mãos da burocracia parasita e marionete do poder econômico e dos governos burgueses.

E é justamente por isso que qualquer estratégia política que permita a permanência da burocracia universitária no poder ou a existência de seus organismos próprios de autoritarismo (Conselhos burocráticos, mecanismos de eleição controlados e ponderados, controle e distribuição das verbas etc.) não levará a universidade à autonomia nem à democracia universitária. A pretensa “paridade”, ou a chamada “democratização” da universidade mantém os organismos e a burocracia autoritária, com o arremedo de maior “participação” de estudantes e funcionários. O resultado, que nunca se-

quer é atingido ou mesmo aproximado, é a submissão dos que estudam e trabalham à casta de duas caras: uma autoritária, voltada contra estudantes e trabalhadores; outra medrosa, covardona, a de marionetes do poder econômico e dos governos burgueses. O V Congresso nasce assim mutilado de todos os seus membros: não será soberano em suas decisões; não poderá se auto-organizar; não poderá decidir sequer sua pauta; não servirá à ação coletiva, e sim à submissão da maioria pela minoria (paridade).

A democracia universitária e a real autonomia só podem existir fundamentados na mobilização e na unidade com os explorados em luta contra os exploradores. Os organismos próprios da mobilização (fundamentalmente, a assembleia geral universitária) é que podem expressar a vontade da maioria, dos que estudam e trabalham, em oposição à burguesia e seus marionetes burocráticos. Um Congresso soberano e democrático na universidade só pode ser tal se acontecer em completa oposição à burocracia autoritária, nunca em conciliação com ela; só pode se organizar a partir das decisões de uma assembleia geral universitária de voto universal, portanto com maioria estudantil, e não a partir de negociações de direções; só se se colocar a tarefa de impor suas resoluções à burocracia universitária por meio da mobilização; só se colocar a estratégia da destruição da burocracia parasita e de todos os seus organismos empoeirados e mofados, e sua substituição pelo governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária, com mandato revogável e eleito diretamente em todos os níveis; se se colocar a tarefa de deliberar sobre o orçamento da universidade e sua aplicação, sem nenhuma ingerência dos governos burgueses ou do poder econômico; se se colocar a tarefa de organizar a luta pelas reivindicações mais sentidas pelos que estudam e trabalham: ensino público e gratuito para todos em todos os níveis, único, laico, científico e vinculado à produção social.

A Corrente Proletária Estudantil atuará no V Congresso da USP denunciando seu caráter conciliador com a burocracia universitária e defendendo as bandeiras que permitam pôr abaixo a burocracia parasita e seus organismos, condição sem qual não haverá reais democracia e autonomia universitárias.

Nesta edição:

- Congresso do POR boliviano
- Crise dos alimentos: capitalistas concentram a riqueza e impõem mais fome a milhões
- Paraguai: Inquietação da burguesia brasileira com a vitória de Fernando Lugo


**Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Congresso do POR boliviano

O Congresso do POR Boliviano, realizado no dia 12 de abril, analisou a conjuntura nacional e internacional, fez um balanço da intervenção partidária e aprovou uma resolução política que confirma o programa do partido.

O Congresso esteve dedicado à tarefa de preparar o Partido para transformar-se na direção física das massas, que estão rompendo com as ilusões depositadas no governo de Evo Morales. Nessa preparação, o Congresso fez um balanço histórico autocrítico da trajetória partidária desde suas origens até os dias atuais.

Destacou-se nessa trajetória, a importância da vinculação da militância porista com o setor mineiro desde muito cedo. Vinculação que levou à elaboração das Teses de Pulacayo em 1946 – documento baseado no Programa de Transição de Leon Trotski – aprovado no Congresso da FSTMB em novembro daquele ano. A partir daquele momento, o movimento operário boliviano passou a ter como sua principal referência programática o documento trotskista, o que potenciou o POR boliviano perante as massas oprimidas.

A revolução popular de 1952, que colocou no poder o MNR, encontrou o partido numa situação de imaturidade organizativa que o impediu de se colocar à frente do processo revolucionário. Por outra parte, as massas, naquele momento, não viam nenhuma diferença entre o POR e o MNR. O prestígio das Teses de Pulacayo era tamanho que o próprio MNR teve de se camuflar, defendendo as propostas trotskistas. No período posterior, o partido desenvolverá o importante trabalho de desmascarar

o nacionalismo burguês e sua impotência para liderar a nação oprimida. Esta impotência será plenamente demonstrada na década de 1960 com a capitulação completa do governo movimentista perante o imperialismo.

O ponto mais alto a que chegou o ascenso revolucionário foi a Assembléia Popular de 1971, que teve características claramente soviéticas e se afirmou como organismo governamental diante do cambaleante governo do General Torres. O golpe gorila do General Banzer, no marco da repressão continental pela denominando Operação Condor, pôs fim a esta experiência e abriu outro período. Durante este novo período, o partido, desde a clandestinidade, defendeu a constituição da Frente Revolucionária Antiimperialista, como prolongamento da Assembléia Popular, ou seja, sob a estratégia da classe operária. A debandada das esquerdas que compunham a FRA, entretanto, levou todas elas à defesa da democracia burguesa e ao abandono da perspectiva proletária.

Durante as duas décadas de governos burgueses “democráticos” posteriores, houve uma importante transformação na base social do proletariado. A “relocalização” dos mineiros, a paralisação da atividade de mineração e recessão do aparato produtivo do país, assentaram um duro golpe à vanguarda histórica do proletariado boliviano. Mais do isso, permitiram que os esquerdistas e reformistas pró-burgueses afirmassem que a classe operária tinha sido destruída e que “novos atores sociais” deveriam substituí-la. A conclusão seria que a defesa da revolução e ditadura do proletariado correspondiam à pré-histó-

ria política.

O descontentamento popular, com avanços e retrocessos, acentuou-se até o levante de massas em outubro de 2003, provocando a queda do governo de Sánchez de Lozada. Foi uma explosão popular protagonizada por uma massa heterogênea composta de microempresários, artesãos, pequenos produtores migrantes, ou seja, essencialmente pequeno-burgueses, que, na ausência do partido do proletariado, não podiam se encaminhar para a liquidação da propriedade privada e sua substituição pela propriedade social, ou seja, a revolução social. O governo do MAS é a consequência da ausência física e política da classe operária e seu partido numa situação de profundo descontentamento.

Enquanto balanço autocrítico, o partido verificou que a dificuldade do POR boliviano se colocar fisicamente à frente dessas explosões populares decorre da insuficiente estruturação partidária como uma organização de revolucionários profissionais e de sua estrutura celular. Em vários momentos, apesar da autoridade política do partido sobre as massas, este não contou com a organização para levar as massas a tomar o poder. O Congresso debateu a importância da estruturação partidária baseada nas células e na formação de militantes profissionais, ou seja, quadros que dedicam sua vida à revolução, à elaboração política, à transformação em teoria revolucionária a experiência das massas.

Outro ponto debatido foi a importância do partido se estruturar na classe operária, pois esta é a condição para que, de fato, o proletariado se coloque à frente das massas em luta. Neste senti-

do, o partido avaliou as importantes experiências que conta em sua trajetória. Estes são os principais desafios postos ao partido para se colocar à altura de sua finalidade revolucionária.

Além destas questões, outro assunto teve importante destaque nos debates do Congresso: a conspiração direitista. Trata-se do conflito aberto pela burguesia oriental agro-industrial basicamente latifundiária entrincheirada nos comitês cívicos da chamada “Meia Lua” (departamentos de Santa Cruz, Tarija, Beni, Pando, Chuquisaca, Cochabamba e Potosí). Estes setores desenvolvem uma oposição radical ao governo de Evo Morales com evidentes traços fascistas e ra-

cistas; e reivindicam a autonomia perante o Estado boliviano. O Partido avaliou que este movimento demonstra o atraso e a desarticulação do país que não conseguiu constituir-se, de fato, num Estado nacional burguês, firmemente ligado por uma economia desenvolvida que articule numa unidade todas as regiões.

O governo do MAS tenta apresentar o conflito como a oposição entre a democracia e o fascismo, escondendo que tanto a ultra-direita latifundiária quanto o governo do MAS são defensores da ditadura de classe burguesa. Alguns setores da pequena-burguesia, convencidos desta propaganda, chegam ao extremo de defender a necessidade de formar

brigadas anti-fascistas. O Congresso do POR boliviano, entretanto, verificou que as massas, mesmo rompendo com o MAS, não seguem a ultra-direita, e que está colocada a necessidade destas lutarem pelas suas reivindicações elementares e pela ditadura do proletariado.

Finalmente, o Congresso reafirmou a importância da construção da Quarta Internacional, Partido Internacional do Proletariado, reforçou o papel da construção programática de todas as seções vinculadas ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional e se colocou pela reativação das publicações internacionais.

Crise dos alimentos: capitalistas concentram a riqueza e impõem mais fome a milhões

Oprimidos do mundo reagem à alta dos preços e escassez de alimentos

De janeiro até agora a luta por comida desencadeou saques de alimentos em cerca de 30 países. Mauritânia, Senegal, Serra Leoa, Burkina Fasso, Moçambique, Camarões estouraram revoltas deixando vários mortos em protestos contra o aumento dos preços que, segundo a FAO, superou 40%. No Egito, as massas saíram às ruas, culminando na convocação de um dia de greve por: salários decentes, emprego e educação para os filhos. A maioria da população africana está vivendo com menos de US\$ 2,00 por dia. A fome se alastra por um dos continentes mais ricos em reservas naturais. Na Ásia, a Índia foi palco dos choques entre camponeses e policiais. Na Indonésia, ocorreram inúmeras passeatas. Na América Latina, os movimentos também vêm se intensificando. No Haiti, as massas famintas que hoje se alimentam à base de bolinhos de barro e óleo, protagonizam revoltas violentas. Quatro pessoas foram mortas pelas “forças de paz” da ONU durante protestos contra o alto preço do arroz. Na Capital, Porto Príncipe, milhares marcharam pedindo que as tropas da ONU deixem o país. Na Bolívia, Argentina, México se realizaram vários protestos contra os governos. Os dados da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), organismo do imperialismo, mostram que mais de 10 milhões de pessoas já estão sendo jogadas na pobreza e indigência.

O que dizem os representantes hipócritas do imperialismo?

Os países imperialistas debatem a crise alimentar nos países atrasados. Preocupam-se com as rebeliões dos oprimidos, que podem assumir maiores proporções e ultrapassar os limites de seus governos e se transformar em luta antiimperialista. Por isso, diariamente, a imprensa burguesa alardeia a falta de alimentos no mundo, com as mais diversas justificativas.

Straus Kann, diretor gerente do FMI, procurou ser mais

convicente na argumentação. Afirmou que, de fato, os preços mundiais subiram 83% em média nos últimos 3 anos e aponta algumas idéias que vão além do consumo maior de alimentos: 1) impacto climático (enchentes e secas em algumas regiões); 2) custos maiores de insumos agrícolas impostos por alguns oligopólios, como sementes e fertilizantes devido a alta do petróleo; 3) uso de grãos - como milho na produção de biocombustíveis, e 4) especulação financeira em bolsas de mercados futuros, onde são definidos os preços das commodities agrícolas (carne, grãos, óleos, açúcar e laticínios).

Propõe, no final da análise, abrir um “crédito rápido” para os países em crise, sem um grande monitoramento por parte do Fundo. Como se vê, a solução dos banqueiros parasitas é endividar mais os países atrasados.

A FAO (Organização das nações Unidas para Alimentação e Agricultura), mais um organismo imperialista, tenta explicar a questão da especulação dos alimentos como parte das relações de mercado: “Os fundos especulativos existem, mas estão lucrando com a oportunidade. Se não houvesse essa oportunidade, os fundos especulativos não ganhariam o que estão ganhando agora”. Ou seja, os alimentos são produzidos para especular, sendo necessário supervalorizá-los para dar rendimentos aos seus proprietários capitalistas. Portanto, os alimentos não são produzidos para a sua função original de alimentar as pessoas. E ainda argumentou que a revolta dos famintos não terá solução se os países como Brasil e Argentina continuarem mantendo uma cultura voltada para os biocombustíveis. Esse ataque à política de biocombustíveis utilizado também pelo FMI e outros organismos imperialistas gerou algumas críticas contra os próprios EUA, que é o maior produtor de milho do mundo e que o tem destinado ao biocombustível. A diferença nessa discussão é que os EUA é um país imperialista e dita as regras do mercado.

Aproveitando-se da crise para barganhar nas disputas interburguesas, denunciam-se os países europeus em relação aos volumosos subsídios concedidos aos produtores de alimentos.

Como se vê, todos os ideólogos burgueses apontam as consequências da crise econômica e não estão dispostos a tocar nas suas causas, que são a propriedade privada e as relações de produção. Por isso não podem resolver o problema da destruição da natureza e a especulação dos alimentos patrocinados pela classe capitalista parasitária.

Por trás da fome das grandes massas está a concentração da riqueza e a crise de superprodução

A crise dos alimentos é a crise do capitalismo imperialista. Comida existe em grande quantidade para alimentar o mundo com pelo menos 50% de excesso (dados dos próprios organismos imperialistas). O capitalismo atingiu a sua fase superior, com alta capacidade produtiva. O problema está na apropriação e distribuição da produção. O que não ficou claro nessa explicação dos capitalistas é onde está concentrada essa produção. A indústria de alimentos e bebidas vive uma maior fase de concentração, com 10 companhias distribuidoras controlando 24% do mercado mundial. Controla os setores de fabricação até a transformação de produtos alimentares, segundo dados da OIT, sendo liderada pela Suíça Nestlé, seguida da anglo-holandesa Unilever e das norte-americanas Pepsico, Sara Lee e Coca-Cola.

Por último, estão as empresas de varejo: a norte-americana Wal-Mart em primeiro lugar, em segundo a francesa Carrefour, a norte-americana Kroger, a britânica Tesco e a norte-americana Albertson's. São esses cartéis que determinam em grande medida o preço dos alimentos. Está aí parte da resposta: os monopólios são os grandes responsáveis pelo fome no mundo.

Outro fundamento do aumento de preços: a especulação financeira. O petróleo é a maior fonte de energia mundial. Responde com 80% de toda energia consumida no planeta. Não é de se estranhar que ocupe papel central na composição da jogatina financeira das bolsas de valores: os preços das matérias-primas (commodities) correspondem a mais de um terço do volume total de aplicações trilionárias (no Brasil chegam à metade). A principal matéria-prima é o petróleo. E o que vimos nos últimos doze meses? Um aumento de 70% nos preços do barril de petróleo, que em grande medida compensaram perdas financeiras em outros investimentos. E qual a principal matéria-prima para a produção de alimentos? Justamente o petróleo. Não seria possível manter os preços de alimentos diante da explosão da principal matéria-prima. As migalhas de que falam Lula e os organismos do imperialismo em relação ao "aumento" do consumo mundial têm muito mais a ver com o despencar do valor da moeda norte-americana que com uma elevação do poder de compra dos miseráveis. E o crescimento da fome não tem a ver com oferta e procura de alimentos (superproduzidos mundialmente), e sim com os fundamentos da crise capitalista.

Mais uma base da elevação dos preços dos alimentos: a desnacionalização. Hipocritamente, os fantoches do capital financeiro internacional acusam os países atrasados de deixarem de produzir alimentos para produzir biocombustíveis. Mas a produção dos biocombustíveis de concentrou e desnacionalizou brutalmente nos dois últimos anos. Quem tem decidido plantar mais milho e cana para ter álcool é o próprio capital financeiro internacional, e não os países atrasados e suas burguesias

nanicas. A estratégia da valorização dos biocombustíveis para sua inserção nos mercados financeiros como commodities é do imperialismo, Bush chegou a vir ao Brasil para defendê-la.

A posição vergonhosa do governo Lula diante da fome

No início, Lula apoiou a argumentação estúpida do FMI de que aumentou o consumo no mundo, por isso a escassez dos alimentos. Evidentemente, está de encontro com a sua política demagógica assistencialista do Bolsa Família como alternativa ao desemprego. Depois, passou a defender a política do biocombustível no Brasil, e em outros países latinos, para formar uma frente como forma de mendigar na guerra comercial com o G7. Também insistiu na reunião de Doha junto aos representantes dos países mais ricos para que eles diminuam os subsídios dentro das suas fronteiras e facilitem a entrada dos produtos brasileiros.

O reformismo petista está adaptado à política imperialista. Agora, além de utópico, se torna patético. Lula sabe que cada vez mais o imperialismo aumenta o seu protecionismo e portanto não vai baixar os subsídios. Por mais que prometam novas rodadas de negociação em junho, as metas estipuladas para amenizar a fome até 2015 não sairão do papel. Só os países atrasados têm arcado com o prejuízo. As suas riquezas continuam sugadas pelos imperialistas e aumenta a quantidade de famintos dentre as populações.

A resposta para a fome depende da destruição da propriedade privada dos meios de produção

Como vimos, a superação da fome de bilhões no planeta depende de acabar com o domínio dos capitalistas sobre as fontes de matérias-primas em escala mundial. Enquanto a produção de alimentos estiver condicionada pelas contradições do capitalismo, mesmo com produção abundante haverá fome. A fome não é determinada pelo maior ou menor grau de assistencialismo, nem por essa ou aquela política governamental agrícola. A fome decorre da miséria crescente, aspecto inseparável da dinâmica capitalista de reprodução e acumulação do capital. E do agigantamento do capital parasitário, que impõe variações nos preços de mercadorias de acordo com as necessidades de lucro artificial nas bolsas de valores.

A resposta das massas não pode ser a de apoiar esse ou aquele governo, esse ou aquele grupo de capitalistas em disputa. Preservando o capitalismo, a fome aumentará mesmo aumentando a produção de alimentos.

As massas têm de lutar com independência de classe por suas próprias reivindicações, opostas às das diversas frações exploradoras.

Para acabar com a fome: garantir um salário mínimo vital (que garanta a vida do trabalhador e de sua família), reajustado automaticamente de acordo com os aumentos de preços (escala móvel de salários); e emprego a todos, dividindo todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os aptos a trabalhar, sem redução salarial (escala móvel de trabalho); entrega das terras aos camponeses pobres, desapropriação sem indenização da agroindústria e implantação do controle operário da produção; destruição da propriedade privada dos meios de produção e substituição pela propriedade coletiva (revolução proletária).

Paraguai: Inquietação da burguesia brasileira com a vitória de Fernando Lugo

A vitória do candidato opositor, Fernando Lugo, nas recentes eleições do Paraguai foi caracterizada por todos os meios da imprensa brasileira como o fim da hegemonia do Partido Colorado. A ameaça de forçar uma renegociação do Tratado de Itaipu e o aumento da preferência do eleitorado antes dos comícios alarmou os representantes da burguesia, que polemizaram contra a propaganda de Lugo pela imprensa brasileira. Foi também o receio desta burguesia o motivo do atraso de 36 horas antes do presidente Lula parabenizar o ex-bispo, diferentemente do tratamento dado a Hugo Chavez e Evo Morales.

O Partido Colorado ou Associação Nacional Republicana foi fundado em 1887, depois da guerra do Paraguai contra a triplíce aliança, pelo General Bernardino Caballero, ex-prisioneiro de guerra no Brasil. Foi sempre o partido alinhado aos interesses brasileiros. O Partido Liberal, fundado também naquele mesmo ano, era o partido vinculado à Argentina.

Na história paraguaia de pós-guerra, os liberais mantiveram um longo controle do Estado desde início do século XX até 1936, ano em que foram derrubados por um golpe de estado encabeçado pelo Coronel Rafael Franco, considerado herói da guerra contra a Bolívia (1932-1935).

O movimento golpista tentou a constituição de um *Estado Nacional Revolucionário*, mescla de fascismo, nacionalismo e socialismo difusos, que reivindicava a figura de Solano López e defendia o desenvolvimento autônomo do país. Este projeto fracassou devido ao condicionamento da economia paraguaia, à falta de uma burguesia que encarnasse o projeto de autonomia nacional e ao atraso das instituições políticas propriamente burguesas (partidos, parlamento, constituição etc.), circunstância que explica a reiterada resolução dos conflitos pela via dos golpes militares.

A instabilidade política só foi resolvida pelo golpe de Stroessner em 1954 e pela sua longa ditadura de 35 anos. Foi sob o comando de Stroessner que a influência do Estado brasileiro se tornou hegemônica e decisiva. A Associação Nacional Republicana foi capturada pela ditadura de Stroessner como seu braço político, não sem antes

depurar dos elementos do próprio partido que se opunham a Stroessner. Foi sob a ditadura de Stroessner que foi assinado o Tratado de Itaipu.

Na verdade, o que a imprensa burguesa brasileira denomina de fim da hegemonia do partido colorado poderá ser o fim do regime stroessnista, pois o regime político que o sucedeu manteve intactos todos os mecanismos da economia e do estado criados pelo ditador genocida. A própria derrubada de Stroessner foi mediante um golpe comandado por um general do seu entorno imediato. Os mandatos presidenciais posteriores controlados pela máquina colorada não alteraram, em nada, o funcionamento dos negócios e, principalmente, da influência decisiva do Estado brasileiro no Paraguai. Daí a preocupação da burguesia brasileira com a vitória de Lugo.

A importância do controle do Paraguai pelo Estado brasileiro tem razões econômicas e geopolíticas diversas. Uma delas é o controle da usina de Itaipu. Não por acaso este assunto provocou o receio da burguesia manifestada na imprensa nacional. Entretanto, passadas as eleições, o tom ameaçador empregado pelo ex-bispo Fernando Lugo mudou substancialmente. Com relação a Itaipu, já fala numa “aproximação amistosa, no marco de um relacionamento sério e de respeito recíproco”. “Não guardamos o menor sentimento de confrontação em relação ao país irmão”. É o mesmo recuo que faz em relação às outras promessas demagógicas de campanha. Quanto à reforma agrária e ameaça às propriedades dos brasiguaios, limita-se agora a um cadastro das terras e regularização da posse, sem expulsar os latifundiários brasileiros. Quanto à reforma do estado (stroessnista) afirma que pretende apenas iniciá-lo, pois seus cinco anos de mandato não seriam suficientes para reformar a estrutura do estado.

Outra preocupação do novo presidente é a de se diferenciar das figuras de Hugo Chávez e Evo Morales, preferindo, segundo ele disse, ser comparado a Tavaré Vázquez. Entretanto, sob a presidência de Lugo pode se alterar o peso brasileiro na política paraguaia. O principal partido que o apóia é o Partido Liberal Radical Autêntico, tra-

dicionalmente crítico da ingerência brasileira. A propaganda eleitoral, mesmo que demagógica, despertou um surto nacionalista adormecido que vai colocar demandas para o novo governo. Além disso, é importante atentar para um fato que parece ter passado despercebido. Às vésperas da eleição, foi denunciada a preparação das tradicionais fraudes da máquina colorada que controla a justiça eleitoral e todo o sistema político. Entretanto, a candidata do partido colorado foi a primeira a reconhecer a derrota bem antes de se concluir a contagem dos votos. Este fato e a presença de mais de trezentos observadores internacionais, além dos atritos do embaixador americano com o presidente colorado Nicanor Duarte Frutos, podem significar uma pressão direta do imperialismo no sentido de se alterar a orientação política do estado paraguaio. Evidentemente, no sentido de preservar e aprofundar o servilismo às multinacionais e banqueiros.

A euforia inicial com que foi celebrada no Paraguai a vitória de Lugo certamente se deve à possibilidade que se abre de acabar com o regime stroessnista. Quanto às ilusões democráticas e de atendimento das suas reivindicações dos chamados movimentos sociais que compõem a Aliança Patriótica para a Mudança, trilharão o mesmo percurso das ilusões das massas que acreditaram em Lula, Evo Morales etc., ou seja, fatalmente serão frustradas, pois, o Paraguai é um país atrasado e dominado pelo imperialismo. Sofre, além disso, a pressão dos seus vizinhos mais poderosos, a Argentina e o Brasil, que impedem o pleno desenvolvimento de um regime democrático. Da mesma forma que o Brasil, a Argentina e os outros países da América Latina, também a resolução dos problemas nacionais do Paraguai – soberania nacional, democracia política e reforma agrária – só podem ser alcançados no marco dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

A necessidade do partido revolucionário internacionalista no Paraguai se evidenciará ainda mais com a nova experiência com o governo pseudo nacionalista e pseudo popular de Fernando Lugo, que agirá prontamente em defesa da grande propriedade capitalista.